

14.  
Redis  
Op.



TORRE DE  
MONCORVO  
assembleia municipal

ATA N.º 5

*Sessão Ordinária*

*28 de Setembro de 2018*

APROVADA POR MAIORIA  
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10/12/2018.

-----Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1- Período de antes da Ordem do Dia:**

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 29 de Junho de 2018;-----

1.2 Informação de Correspondência;-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

**2- Período da Ordem do Dia:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto – Proposta. -----
- **PONTO 3** - Repartição de Encargos;-----
- **PONTO 4** - Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxa a aplicar em 2019;-----
- **PONTO 5** - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem - Percentual a aplicar em 2019;-----
- **PONTO 6** - Derrama - Taxa a aplicar em 2019;-----
- **PONTO 7** - Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro e Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2018. -----
- **PONTO 8** - Assembleia Municipal de Bragança – Moção: Inclusão no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) da conectividade interna e externa de Bragança. -----
- **PONTO 9** - Assembleia Municipal de Miranda Douro – Moção Contra a Desclassificação do IC5. -----

**3- Período de Intervenção do Público**

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Luís dos Santos Delgado Esteves;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de vinte e quatro membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:** -----

Redo



**Luís Miranda Rei** – Presidente de Mesa;-----

**Pedro Miguel Pinto Carrasqueira** – 1.º Secretário; -----

**Lucinda João Afonso Carpinteiro** – 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltaram à reunião os seguintes deputados:-----

- **Mário Diogo Pinheiro** - Freguesia de Horta da Vilarça - que justificou a falta;-----
- **Vítor Manuel Amaro Vieiro** - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha – que justificou a falta;-----
- **Válter José Cordeiro Andrade** - Freguesia de Açoreira - que justificou a falta;-----
- **Sílvio Afonso Dengucho de Oliveira Carvalho** - que justificou a falta. -----

----- **A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Vítor Manuel Silva Moreira e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

## ----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

### **1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 29 de Junho de 2018**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho** (PS), **José Aires** (PS), **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS) e **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Eduardo Carvalho, faça favor, relativamente à ata da sessão de 29 de junho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Bom dia, Sr. Presidente. -----

Apenas um reparo relativamente à ata, acho que são demasiadas interrogações que se veem no texto. Convinha superar essa situação, não sei se será problema da gravação.-----  
E outra questão diz respeito, relativamente à minha pessoa, penso que não há necessidade de mencionar o título académico. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia, Sr. Presidente, cumprimentar o Executivo na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, estimado público aqui presente. -----

Relativamente a esta questão, eu tive a oportunidade de ver a ata antes desta sessão, e detetei, de facto, algumas gralhas – começa logo, por exemplo, na rubrica das faltas, em que é indicado que o Sr. Deputado José Carlos Meneses, Presidente da Junta de Torre de Moncorvo, faltou e justificou a falta. Logo na pág. 5, onde é deliberação da votação da ata da Assembleia Municipal, aparece que o mesmo deputado se opôs nessa votação, se absteve na votação da ata. Relativamente a essa questão, também já para não dizer que a minha própria posição nesse ponto foi de abstenção, pelas omissões e alterações que estavam efetuadas na ata e referidas nessa mesma reunião pelo Sr. Deputado António Júlio Andrade, como fez a sua intervenção, e o meu voto de abstenção não consta refletido, como deveria, nessa mesma deliberação. -----

Depois, verificam-se ainda bastantes cortes e outras gralhas noutras intervenções, que continuam a ser preocupantes, e já não é a primeira vez que ocorre, é uma situação recorrente, as atas que têm sido apresentadas têm várias gralhas. Eu acho que é uma situação que, de facto, o Sr. Presidente deveria verificar – é responsabilidade da Mesa e sua, em última instância, a apresentação da ata – antes de trazer a esta Assembleia verificar se, efetivamente, o documento está preparado para ser apresentado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente às gralhas, efetivamente podem ocorrer algumas, vamos tentar corrigi-las. -----

Quanto à situação de algumas interrogações, eu já chamei à atenção numa das reuniões anteriores para que, quando se pronunciarem, o fizessem para o micro, de modo a que ficasse registado. Muitas vezes fazem-se intervenções sem o micro ligado – também há falhas, é um facto – e acontece isso. Logicamente, vamos corrigir. -----

Quanto a esta situação, já estou aqui a ver, nas pág. 4 e 5, há aqui uma contradição, na pág. 4 aparece a falta do Sr. Presidente da Junta de Torre de Moncorvo, e depois, na deliberação, aparece a abstenção. Portanto, temos que corrigir. Se detetarem outros erros, evidentemente temos de corrigir. -----

Redo



Vamos, então, passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 18 votos a favor, 1 voto contra (*do deputado José Aires (PS)*) e 5 abstenções, **aprovar a ata do dia 29 de Junho de 2018.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos. A minha abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente na Assembleia. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Bom dia. A minha abstenção é, evidentemente, pelos mesmos motivos, não estive presente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Isso resulta do próprio código administrativo, quem não esteve presente terá que se abster. Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado. -----  
Neste sentido, votei contra esta ata por causa das omissões atrás referidas, e outras, que também queria aqui explicitar na minha declaração de voto. Diz respeito ao facto de continuarmos a pagar a uma empresa externa para fazer um trabalho que durante décadas foi feito por membros da Mesa desta Assembleia e funcionários do Município, na minha opinião com muito mais veracidade e competência. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Aqui estamos a discutir a ata, saber se o que está na ata retrata fielmente, ou aproximadamente, o que foi dito na reunião anterior. -----

-----**O Deputado José Aires:** Correto, e na minha opinião, não. Eu vou dar-lhe um exemplo concreto, Sr. Presidente: quando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez aqui uma intervenção, no período de intervenção do público, após uma intervenção do cidadão Paulo Jaloto, o Sr. Presidente indicou que iria dar novamente a palavra; depois, efetivamente, verificou-se que, ao abrigo do Regimento, não poderia dar a palavra, mas o senhor admitiu aqui expressamente, para esta Assembleia, que mentiu nessa questão, e essa é uma das coisas que está omissa na ata. Eu lembro-me de o senhor ter referido isso. O meu sentido de voto é contra também por esse motivo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu não menti. É assim, inicialmente pensei que era possível dar a palavra uma segunda vez ao público. Numa análise posterior, constatei que, efetivamente, não era possível. Não ia incorrer num erro quando me apercebi que estava mal. Daí a uma mentira, é outra situação. -----

### **1.2 Informação da Correspondência.**-----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quanto à informação da correspondência, ela também está disponível para consulta. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da correspondência. -----

### **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **António Eduardo Carvalho (PS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **António Júlio Andrade (PS)** e **José Aires (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Já sabem que estamos no período de antes da ordem do dia, cada intervenção não pode exceder cinco minutos. -----

Faça favor, Sr. Deputado João Pavão. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente, restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, restantes vereadores, membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, funcionários e estimado público. -----

Fazer somente sete perguntas ao Sr. Presidente e restante Executivo – que há aqui perguntas que são setoriais. -----

O Governo lançou na semana passada um aviso de dez milhões de euros (10.000.000€) para as ZIF – Zonas de Intervenção Florestal. Saber se o Município tem algo contemplado ou algo planeado para ajudar os agentes privados a concorrerem a esse fundo. -----

Também perguntar, Sr. Presidente, um assunto dos debates das anteriores Assembleias, como está a situação do antigo edifício da Portugal Telecom, que tínhamos falado relativamente a ser uma incubadora de empresas. -----

Ainda também no que diz respeito a assuntos das anteriores Assembleias, perguntar como está a situação do documento da CIM relativo ao Quadro Comunitário 2027, na estratégia 2030, porque nos apresentou aqui na Assembleia (salvo erro, de fevereiro, ou de dezembro) o documento. -----

Mencionar também que, e tal como debatemos em fevereiro, o protocolo de transporte de doentes oncológicos e de doentes carenciados, sei que a Câmara Municipal publicou esta semana, e muito bem, uma notícia referente a esse protocolo. O que queremos saber é se o protocolo – pelo menos ontem à noite ainda não estava disponível no site do Município, presumo que seja com a Associação Humanitária dos Bombeiros – queremos saber quais é que são os valores, e também o regulamento de utilização, quais é que são as pessoas que podem utilizar, efetivamente, esse transporte. -----

Depois, também vimos que dia 11 de setembro, houve na Nogueirinha uma ação de sensibilização ou de esclarecimento sobre a requalificação das zonas ribeirinhas. Queremos saber mais pormenores desse projeto, em que é que consiste, de que montante estamos a falar, se é para agentes privados, pessoas privadas, ou para as Autarquias Locais – e neste caso, as Juntas de Freguesia. -----

Decorreu também na semana passada, no dia 20, o Plano Local de Saúde da ULS Nordeste, que tem como objetivo apresentar o plano para o próximo ano sobre como vão estar distribuídos os serviços nos Centros de Saúde. Saber se o Município reivindicou algo, ou se tem algo planeado para isso. -----

E depois, também a situação do abate de animais. Sabemos que houve o célebre despacho; como vai o Município proceder no caso de uma eventual sobrelotação do canil municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Vereadores, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados e estimado público. -----

Ficámos satisfeitos de testemunhar, Sr. Presidente, um dia simbólico para toda a escola, o Dia do Diploma, a assinatura do contrato de aprovação da CCDRN para adjudicação das obras de requalificação no Agrupamento de Escolas Dr. Ramiro Salgado. Ansiamos pelo seu início, pois as condições atuais, de facto, em que a comunidade educativa trabalha ficam muito aquém do



M.  
Pedro  
A

mínimo desejável para o seu funcionamento. Ficava satisfeito por este protocolo, digamos assim. -----

Hoje em dia, que tanto se fala na preservação do meio ambiente, muitas das vezes nós deslocamo-nos aos ecopontos de Moncorvo, no intuito de reciclar lixo, papel e plástico, e deparamo-nos com estes quase sempre cheios. Perguntamos, Sr. Presidente, se é da responsabilidade da autarquia a sua manutenção ou da empresa de recolha de lixo, que não o fazendo atempadamente e com a periodicidade regular lhe não sejam assacadas responsabilidades. -----

No mesmo tema, preocupa-nos o estado em que se encontra a ecopista, quer quanto à limpeza, quer quanto à iluminação noturna diz respeito, cujas lâmpadas, pelo menos em parte da mesma, estão danificadas ou fundidas. Urge, pois, tomar medidas consentâneas com a sua reparação e devida atenção a uma via pedonal da ciclovia utilizada por muitos munícipes. -----

A propósito de manutenção e limpezas, que dizer do Parque de Lazer da Quinta Judite? Foi-nos informado por munícipes das ervas daninhas e urtigas que por lá proliferam. E pasme-se, segundo informação, são regadas pelo sistema automático de rega, quando tanto necessitamos de preservar a água, um bem escasso, que a todos onera. Já para não falar nas antigas hortas comunitárias, que algumas sumiram, outras ainda por lá se encontram. -----

Sr. Presidente, há que olhar para estas situações, e ter critérios de razoabilidade na sua manutenção. Se queremos espaços verdes, temos que os cuidar. E estou certo também de que terá esse cuidado. -----

Sr. Presidente, na última sessão da Assembleia Municipal, referiu que ia ter uma reunião a 31 de julho com os sócios da GestDouro. Gostaríamos de saber se foi realizada, e se sim, que conclusões tem para dar a esta Assembleia. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Vereação, Srs. Deputados e estimado público. -----

O Município imortalizou Jorge Luís Borges Constantino Rei dos Floristas, celebrou-se a Feira Medieval e D. Dinis. E por que não Francisco Botelho? Não terá lugar cativo também na história da sua terra natal? Vou citar a TSF: "*O português esquecido em Portugal que Espanha adorou.*" -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Ora, muitos bons dias a todos. -----

Aquilo que eu ia dizer já foi abordado por outros, nomeadamente aqui pelo meu amigo Carvalho. Queria também dar os parabéns ao amigo Leonardo por se lembrar do Botelho de Morais. Realmente, está hoje a realizar-se em Coimbra um congresso internacional sobre essa figura fantástica da nossa Aldeia de Felgueiras. Gostaria de saber por que é que não foi possível realizar-se aqui esse evento. -----

Segundo ponto: num destes dias, para matar saudades, fui até Carviçais, nomeadamente à Barragem de Vale Ferreiros, local onde vou frequentemente, porque há muitas recordações culturais daquele sítio, além de outras. E fiquei deveras chocado com a falta de limpeza que ali se nota, o próprio coroamento da barragem, cheio de silvas. Agradecia que tomassem providências. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente aqui aos interesses de relevância para o Município, apenas colocar duas questões. Eu verifico que foi distribuída ao longo da última semana uma revista relativamente ao Programa “Moncorvo CLDS-3G”, gerido pela Santa Casa da Misericórdia. Não tive oportunidade de trazer a revista, mas tenho-a na minha posse, e estive a verificar, efetivamente, as atividades que foram produzidas por esse programa. Eu gostaria que me pudesse esclarecer, visto que a Câmara Municipal é um dos parceiros, depois, Sr. Presidente, quando fizer a sua intervenção, se poderá esclarecer qual é a duração desse programa e quais são as verbas previstas para o mesmo, e nesse sentido também, de que forma é gerido o dinheiro desse mesmo programa e quais os técnicos que compõem esse gabinete para a implementação do mesmo. -----

Falar também aqui de uma outra questão que eu considero relevante, ou muito relevante, nomeadamente que também tem a ver com o desporto no nosso concelho, porque veio a público uma notícia que, de facto, o Grupo Desportivo de Moncorvo, pela primeira vez em cinquenta e um anos, não iria participar nos campeonatos nacionais de seniores. Eu verifiquei também que, neste caso, o Sr. Vereador foi interpelado numa das reuniões de Câmara relativamente a esta questão, e que apenas teria conhecimento de forma oficiosa, e não de forma oficial, se já tem conhecimento de forma oficial e o que é que tem a dizer também sobre este assunto. -----

E por último, uma questão que está também aqui associada àquela situação do deslizamento de terras na Fragada, e que ali na reta da Terrincha faz com que o trânsito tenha que passar de forma alternada. Se as entidades já indicaram um prazo para a resolução dessa questão, e que

esforços é que estão a ser efetuados pela Câmara Municipal também para poder ultrapassar essa situação. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente, dizer-vos, que eu me esqueci no início de referir que hoje é o Dia Europeu do Desporto Escolar. E como tal, o Agrupamento de Escolas está a comemorar esse dia, por indicação, da Direção Geral da Educação, da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e do Instituto Português do Desporto e da Juventude. O Clube de Desporto Escolar do Agrupamento de Escolas desenvolveu uma atividade, que vai decorrer hoje a partir das dez e meia. O que eu gostaria de comunicar é que iríamos interromper a Assembleia Municipal. A atividade é uma caminhada na vila, nas ruas da vila, que virá aqui à Praça Francisco Meireles. Sensivelmente por volta das onze horas, iríamos interromper a Assembleia durante quinze minutos para ver os nossos professores, os nossos alunos, funcionários, nas atividades que estão a desenvolver. Peço desculpa por não ter dito no início, mas passou-me. -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Começo por cumprimentar a Mesa, os Srs. Deputados, o público presente, e desejar que após as férias do verão venham com redobrada energia para ajudar o nosso concelho. -----  
Eu irei começar pelo fim, se me é permitido, por uma razão muito simples: é que eu fiz muitos anos ??? Torre de Moncorvo, e nunca passei ??? Moncorvo, mas agora o caminho deve ser ao contrário, e só isso é que poderá permitir esta pergunta, que é da exclusiva competência da Infraestruturas de Portugal. Portanto, eu dizer-lhe alguma coisa era, como diz o povo sabiamente, "meter a foice em seara alheia". E esse não deve ser o nosso compromisso. O que nós temos é que as obras estão a ser realizadas. Tive uma reunião com o Sr. Diretor Regional ??? sem as obras, e o que ele me disse é que houve procedimentos que ainda estão a decorrer internamente e com notificação das entidades, e portanto, será esse o timing certo para eu dizer, quando eles me informarem também, mas não me vou meter no processo em trânsito da Infraestruturas de Portugal, que sei que está a correr, nomeadamente com a APA. Portanto, aí o que eu sei é que os trabalhos estão a decorrer. -----

Segundo, o CLDS, é outra das questões, nós só somos parceiros em termos logísticos. Sei que terminará até julho de 2019, pelo que me foi transmitido, e as verbas estão todas afetadas numa candidatura que a Santa Casa da Misericórdia fez. A Câmara não tem participação financeira. O que fazemos – e tenho pena de não o ter visto – foi na Feira do Empreendedorismo, darmos algumas soluções, nomeadamente em termos de trânsito, e

4.  
Edu

naquilo que foi possível arranjar. E quero congratular, neste caso, todos os parceiros, nomeadamente os que estiveram naquela feira, a AJUM, os empresários – quando se critica tanto os empresários, estiveram ali, e a estimativa de negócios no sábado e domingo foi de cinquenta mil euros (50.000€), o que quer dizer que correu muito bem. A Câmara não esteve representada, é um assunto que não tem diretamente a ver com a Câmara Municipal. -----

???: bom, o GDM, o que lhe posso dizer é que como o Sr. Deputado deve saber, os subsídios que o GDM recebe da Câmara é para formação. Ou o senhor acha que eram para a competição? É que aqueles milhares que vieram ao longo dos anos eram para formação, não eram para contratar jogadores, o senhor sabe isso; não eram para fazer face a despesas que não fossem de formação. O senhor sabe disso, ou devia saber; tem obrigação de saber. Portanto, o que a Câmara aqui tem que estar preocupada é se há, ou não, formação, e não preocupada se vai haver, ou não, futebol profissional, ou se vamos contratar vinte ao Leixões, trinta a outro lado qualquer, trazemos internacionais da Guiné, isso não é da nossa competência; é da Direção do GDM. E por isso é que as instituições têm Assembleias, e o senhor, como sócio – não sei, mas deduzo que seja – deve estar presente nas Assembleias, e aí deve questionar. Se me perguntar se fico triste, eu próprio andei lá dez anos. Dez anos ??? e íamos buscar gás, os próprios jogadores iam buscar gás e levavam para lá. Portanto, eu recordo-me bem disto, mas é nas Assembleias que se tem que fazer essas perguntas, não é a Câmara Municipal que tem esse dever. A Câmara Municipal e os Srs. Deputados têm é de ver se os subsídios atribuídos, ou não, ao GDM são para aquilo que devem ser. Tudo o resto é nos órgãos próprios dessa agremiação. -----

Sr. Deputado Júlio Andrade: pois, eu também gostava que o congresso internacional sobre o Francisco Botelho de Moraes fosse aqui. Curiosamente, a obra mais importante do Francisco Botelho de Moraes, como deverão saber, é uma obra escrita em castelhano, “Las Cuevas de Salamanca”, que foi isso que fez com que tivesse uma paralela à Plaza Mayor com o nome dele. Poderíamos, já agora, ter aqui, quando dizem que é uma das figuras mais importantes, é efetivamente uma das figuras mais importantes. Aliás, Francisco Botelho de Moraes, já há uns anos atrás, ainda Francisco Botelho de Moraes não estava na moda como agora, propus à Comissão de Toponímia, na altura, que fosse dado o nome de Francisco Botelho de Moraes. E não é por estar na moda agora, porque alguns pegaram no Francisco Botelho de Moraes, é mais importante do que isso; é que o Francisco Botelho de Moraes foi um dos grandes impulsionadores das chamadas “escolas livres”, que havia em Évora, Coimbra, Porto e em Torre de Moncorvo – há quem diga até que seria realizada onde hoje é a Quinta da Água, há uns autores que o dizem. -----

O impulsionador deste congresso é um Moncorvense, o Prof. Dr. Carlos Abreu, que esteve para fazer, efetivamente, o congresso em Torre de Moncorvo. Entretanto, como sabem, no dia

5 e dia 6 há um congresso também de uma figura eminente Moncorvense, que já estava para esta altura. Ora, nós não podemos, nem temos capacidade logística para fazer dois congressos seguidos. Não temos. E como já estava aprovado há muito tempo também que fosse aqui dada a apresentação do livro sobre a I Guerra Mundial, que é no dia 5 de outubro – para a qual vos convido a estar presentes – e também porque é o Município da CIMDouro que encerrará o Ano Europeu do Património Cultural, com um espetáculo à frente da nossa Igreja Matriz. Portanto, as datas eram impossíveis. Eu também percebo que a organização tenha algo que é importante: é que com tantos palestrantes convidados, ilustres, é difícil ser noutra altura a agenda, só por isso. Se me perguntar se eu gostava que fosse cá, obviamente que gostava. Mas, infelizmente, não foi possível. -----

Quanto à barragem, é uma preocupação – aliás, tinha esta semana aprazado uma reunião com um Sr. Administrador das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, não só para ver essa situação, essa situação é no Castedo, é no Felgar – o Sr. Presidente da Junta não está aqui, mas está o Presidente da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores, que temos outro problema lá, e aí pior ainda, porque cortaram o asfalto, estiveram cá dois dias antes ??? e depois saíram e deixaram aquilo a meio de fazer, ou nem começaram em algumas zonas. Portanto, tinha esta quinta-feira uma reunião aprazada com o Eng.º Marques, infelizmente ele teve uma reunião de administração em Lisboa, não pôde vir, ficou para ser marcada para a próxima semana, o que quer dizer que na próxima Assembleia já vos poderei informar qual é o plano detalhado que a ATMAD tem para estas situações – se bem que, como sabem, a limpeza à volta da barragem, até temos sido nós a fazê-la. Temos sido nós a fazê-la, mas chega a um ponto em que temos que esclarecer, o que é para fazerem uns e o que é para fazerem outros. -----

Quanto às perguntas do Sr. Deputado Eduardo Carvalho, agradeço-lhe, obviamente, o que disse sobre a assinatura do contrato com a escola. Efetivamente, eu, à comunicação social, o que disse foi que era uma escola com cerca de quarenta anos e que não dava condições, nem para quem trabalhava, professores e não docentes, e muito menos para os alunos, porque não tem condições, e se queremos um patamar de melhoria, e se queremos afirmar-nos num patamar de excelência, temos que dar condições de trabalho. E eu espero sinceramente que a partir de agora, uma vez que – tenho a dizer isso – a Câmara Municipal, de modo próprio, já contratou e já tem feito, realizado e pago o projeto – para vos explicar isto, não foi porque a Câmara quis; foi porque o parecer da DGESTE obrigatoriamente obrigava a um projeto diferente. E portanto, está feito, estamos em condições neste momento de lançarmos o procedimento para um concurso público internacional. Recordar-vos também que, pelos valores que estão em causa, terá sempre que ser submetido ao visto do Tribunal de Contas.----

Quanto aos ecopontos, é um problema que nós temos tido, é um problema para o qual

estamos atentos. Eu não faço parte da Assembleia nem da Administração da Resíduos do Nordeste, mas os ecopontos nem são da responsabilidade da empresa; são responsabilidade da Resíduos do Nordeste, para quem passou a titularidade há cerca de um ano e meio. E temos tido uma série de problemas, dos quais vou elencar só um, que levei à Assembleia da Resíduos: quando não fazem a retirada ou a limpeza dos ecopontos, arranjam sempre maneira de porem um carro numa fotografia a dizer: "Não retirámos por isto." Só que depois põem o nome da rua. A nós já nos apareceu aqui uma rua de Mogadouro, uma rua de Freixo, uma série de coisas. Mas, o mais escandaloso é que nos apareceu um carro aqui de um município de Moncorvo na Rua dos Sapateiros, onde nós não temos ecopontos. E a justificação é que não retiraram. Nós levámos um dossier à Resíduos do Nordeste, o Sr. Diretor Executivo, que é o Dr. Paulo Praça, o que nos disse é que iria ter mais atenção e haveria fiscalização sobre aquilo que está a efetuar, esse trabalho para a Resíduos do Nordeste. Mas, é um problema que nos está a preocupar, e por exemplo aqui por trás do tribunal é um caos, um caos autêntico. -----

A ecopista: efetivamente, vamos entrar agora numa fase que eu espero que seja melhor, com esta administração ????. Temos praticamente um acordo concluído na Associação de Municípios do Douro Superior. Para vos explicar muito rapidamente, os quatro Municípios que têm a gestão da Linha do Sabor estavam num contencioso com a então REFER (hoje Infraestruturas de Portugal). E isto por quê? Porque pagava-se o aluguer da plataforma, e depois, à parte, os edifícios. Entretanto, uns Municípios não pagavam o aluguer da plataforma, outros pagavam, e outros ainda tinham que fazer seguros, porque não existiam, que era o caso de Freixo de Espada à Cinta. Realizou-se no dia 13 de setembro uma reunião em Torre de Moncorvo com a Administração da REFER para fazermos um protocolo para os quatro Municípios, e os quatro Municípios vão ficar com normas idênticas umas às outras, onde está tipificado o tipo de limpeza que se tem que fazer e a manutenção, e a responsabilidade dos Municípios com o respetivo envelope financeiro que vem da Infraestruturas de Portugal, equitativamente para todos os Municípios. Com isto também será alargada uma candidatura que o Município de Moncorvo e Miranda já fizeram para a recuperação da Linha do Sabor na íntegra. Quais eram os problemas que existiam? Dois em Mogadouro, com o corte que foi feito pelo IC5, e tiveram que ser criadas alternativas para ligação à ecopista, e uma pedreira que existia ali numa aldeia próxima de Vilarinho dos Galegos, e que estava a entrar no domínio da Infraestruturas de Portugal. Tiveram que se resolver esses assuntos para podermos assinar. Entretanto, fizeram-se duas candidaturas: uma que é a parte que vem ??? Miranda do Douro, depois a recuperação da plataforma para uma ecopista, Mogadouro e Freixo, e a terceira fase da plataforma, que é Moncorvo – Pocinho. -----

Aproveitar também para vos dizer que eu vi aí num comunicado, que depois eu tive

oportunidade de falar com o dirigente partidário, e disseram-me: “Nós mandamos escrever o que quisermos, e depois eles ??? se formos a tribunal”. Não está nada parado por a REFER não nos deixar fazer, ou a Infraestruturas de Portugal. O que é que está? Quando foi elaborada a candidatura, tivemos que ter uma carta de conforto da então REFER para fazermos ???, que só era para fazer saibramento entre os carris. Entretanto, a Infraestruturas de Portugal, a nova Administração, entendeu, com a candidatura já aprovada e a terem início os trabalhos, entendeu que seria melhor retirarem o material ferroso e retirarem os parafusos um a um, e serão aqui colocados no estaleiro de Torre de Moncorvo, da Câmara, e depois levados para o Entroncamento. E foi esse procedimento que eles tiveram que fazer, e é esse procedimento e essa obra que tem que ser feita primeiro do que a nossa, mas que começa no dia 1 de outubro, está preparada a parte que será feita pela Infraestruturas de Portugal. Portanto, é para terem essa noção. -----

Mas, voltando: a ecopista, o que é que ficou acordado? Que serão prestados serviços externos, a Infraestruturas de Portugal tem a lista dos produtos que podem ser utilizados na ecopista e as marcas, serão essas que serão utilizadas pelo prestador de serviços externo que faturará à Câmara, e a Câmara faturará à Infraestruturas de Portugal, e isto para os quatro concelhos na Linha do Sabor. Portanto, eu espero que na próxima semana, então, se arranje tudo e esteja tudo já preparado. -----

Quanto à iluminação degradada, temos que ver. Eu sou sincero, antes habitualmente viam-me de certeza na ecopista, hoje já não vou lá há muito tempo. Mas, temos que efetivamente analisar. Mas, permita-me, Sr. Presidente, dizer-vos só uma coisa: a proposta de iluminação da ecopista tem um pai, e na altura, aqui, nesta Assembleia Municipal, estavam cá presentes, não sei se recordam, foi chumbada, e foi chumbada porque iria contra os parâmetros que se queriam do meio natural. Depois, houve uma candidatura e foi feito, cujo projeto até foi assinado pela pessoa que propôs que houvesse a iluminação. Portanto, é um tema que me é caro, e agradeço por esta informação, e procederemos de imediato a essa resolução. -----

Quanto à Quinta da Judite, dois problemas distintos, completamente distintos: primeiro, o das hortas, que quem está a cultivar não devia estar, penso que será ??? . A obra está adjudicada, irá ter início a segunda fase, e na primeira, o que tivemos foi um problema com uma bomba elétrica. Tivemos um problema com uma bomba elétrica que se queimou, e que permitia que no nosso inventário desse como saída de rega, e efetivamente não estava, tinha um sensor avariado que não nos permitia detetar a situação. Viram-se uma série de ramais e a bomba foi a última, e por isso ficou como ficou. Agora, há uma coisa que vos quero dizer: a água não é da rede; a água, aproveitámos a do poço que está lá, é essa que é utilizada, senão não tinha lógica fazermos aqui contenção de custos com a água, e estarmos a discutir todo o processo

Handwritten signature in blue ink.



da água, e nós, entre aspas, estarmos a esbanjar água para uma rega. É do poço – que, aliás, já era utilizada também para as hortas comunitárias. -----

Sr. Deputado João Pavão, o aviso das CIM's: eu estive na semana passada com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna com esta situação, foram-lhe colocadas uma série de situações, com os Municípios que integram o Douro Internacional e o Douro Vinhateiro, juntamente com as Terras de Trás-os-Montes. Está uma série de propostas em cima da mesa, nomeadamente – e eu espero que o Sr. Secretário de Estado consiga desta forma acautelar a situação, que é muito simples: na zona do Douro Internacional, que faz a ligação do Douro Internacional com o Douro Vinhateiro, temos três CIM's: CIM da Serra da Estrela, CIM Douro e CIM Terras de Trás-os-Montes. Nos contratos que temos, a CIM Terras de Trás-os-Montes optou por algumas situações que agora não poderão vir aqui às CIM's. O Douro tem este problema, nomeadamente com as Câmaras como Mesão Frio, e outras, que não têm floresta, e que não pretendem estar ????. E a Serra da Estrela tem dezassete medidas, mas deixa de fora o único concelho que pertence à Associação de Municípios do Douro Superior que está no Douro Internacional. Portanto, o que é que está previsto na vinda do Sr. Secretário de Estado, que ainda não marcou? Primeiro, ver como é que se pode organizar, sem ser através das CIM's, pela Associação de Municípios, porque o entendimento é que são entidades intermunicipais, mas depois, no entendimento de cada regulamento, as entidades intermunicipais são só as CIM's, e não as associações. E nós não concordamos com isso, e por isso mesmo fomos lá apresentar isto. Nessas medidas estão englobados, então, os seis Municípios que pertencem à Associação, mais Carrazeda de Ansiães. Mas, o Sr. Secretário de Estado há de trazer, penso que vem a Mirandela e a Bragança, e vai trazer. O que entendemos aqui é que para além dos púlpitos, eu vou dizer o que é que entendemos nós ???, o que nós propomos é que seja criado aqui um grande centro de vigilância com sede em Torre de Moncorvo, nomeadamente as câmaras de alta resolução que podem ser testadas através deste mecanismo, e que têm a ver com ignições em que ela automaticamente filma o local da ignição antes de os meios chegarem. Isto já foi testado, até já foram detidos dois incendiários com as câmaras que estavam a ser testadas. Seria um grande centro de controlo, em que poderíamos ver se conseguíamos ter aqui um alto responsável, ou até militar, para coordenar o território dos seis Municípios, mais Carrazeda de Ansiães, e com isso também poder ter complementarmente os privados que estejam na zona ????. E outra coisa, alargarmos à regulação de caudais, que é importante também. Mas, quanto à regulação de caudais, já vou explicar, porque nós já temos um protocolo assinado que já está no terreno. -----

A Portugal Telecom: a Portugal Telecom, continuo, eu e os serviços – eu acho que já deve estar aborrecido de tantos ofícios lhe enviar, para a Portugal Telecom, e nem sequer nos respondem. Entretanto, eu pedi uma reunião ??? Portugal Telecom, pedimos uma reunião com



o atual responsável, aqui juntamente com um trabalhador que ainda está na Portugal Telecom, que nos disponibilizou o número dele, e vamos ver se no dia 8 vai haver uma reunião onde vão estar alguns responsáveis, se conseguimos falar com eles. Não está oficialmente agendada, mas está apalavrada. Vocês já sabem qual era a grande questão, era nós adquirirmos, para fazer, como o Sr. Deputado disse, ali uma incubadora de empresas, e não só, porque aqui também estávamos interessados em que pudesse depois haver uma permuta, não do balcão principal, mas dos serviços, que possibilitasse ter estacionamento, com os Correios, havia aqui uma situação tripartida. -----

Depois, o pacto, e eu quero dizer-vos que das seis CIM's que fazem parte do Conselho Intermunicipal dos oitenta e seis Municípios do Norte, a que apresentou a proposta foi a CIMDouro. Agora estamos a fazer as reuniões setoriais. Qual foi o grande cavalo de batalha no último que houve aqui em Alfândega da Fé? Nós, CIMDouro, entre os quais Moncorvo se associa, fez uma proposta, como vocês sabem, que era a revitalização da Linha do Douro, e com um importante aliado: é que a Comunidade Europeia deu a Linha do Douro entre as quarenta e oito mais rentáveis da Europa – e nem estão a entrar no transporte de mercadorias, estão a falar só de passageiros. E com isso, nós avançámos, e sob proposta do Município de Torre de Moncorvo, ainda fomos mais além, que era uma ligação do Pocinho até Vila Franca das Naves. E isto por quê? Por uma razão muito simples: o minério poderia sair por lá, e teríamos uma ligação ferroviária ao Eixo Atlântico. Como sabem, Aveiro está ligado a Celorico da Beira, e de Celorico a Espanha pelo Eixo Atlântico, e a ideia seria Pocinho – Vila Franca das Naves. -----

O Sr. Presidente da Área Metropolitana do Porto entende que o mais importante nesta convergência da NUT II, cujo Porto cidade só está na área de convergência porque tem os Municípios aqui de cima, que também estavam, entende que o mais importante é fazer uma ligação Porto – Vigo, e esta é a guerra em que estamos neste momento, e nós não aceitamos isso. Mas, é muito complicado defender isso quando temos deputados, como o Dr. Ascenso Simões, que publicamente envia para todas as Câmaras Municipais esta frase: “Ver e criticar”, diz isto ao Sr. Ministro do Equipamento, *ipsis verbis*: “Sr. Ministro, nem eu, nem nenhum português, aceitaria que o senhor gastasse quatrocentos milhões (400.000.000€) numa linha para esbarrar numa parede”, quando foi o Governo Português que retirou da agenda das negociações, na Conferência Ibérica em Vila Real, o assunto da Linha do Douro. Os espanhóis estão interessados em ligar, em fazer a ligação da Linha do Douro. Aliás, os espanhóis têm no próprio Orçamento de Estado e Regional verbas para a Linha do Douro. Agora, esse Sr. Deputado é eleito por Vila Real. Portanto, quando é alguém que nos representa na Assembleia da República que diz que nenhum português perdoaria se fizessem aquele investimento... -----

Mas, mais: é que o Sr. Ministro, o atual titular da pasta do planeamento, foi, enquanto não esteve no Governo – eu tive um mestre que me dizia assim: “Nunca fiques dependente da política; tem sempre emprego”. Mas, alguns não têm, dependem da política, dependem disso até ao fim. E quando não estão no Governo, estão em assessorias. E o atual Ministro do Planeamento foi quem delineou a estratégia da CIMDouro, onde consta a Linha do Douro. Como é que agora, quando tirou a gravata de assessor e pago a nível privado pela CIM, e vai para a cadeira de Ministro, diz que a Linha do Douro não é importante, corroborado por um Sr. Deputado eleito por nós – neste caso pelo círculo de Vila Real. Isto é complicado, quando já somos poucos, e em termos de deputados somos muito poucos, quando diz que nenhum português lhe perdoa esbarrar contra uma parede quatrocentos milhões (400.000.000€), isto é complicado. -----

Portanto, nós mantemos na íntegra o documento, na íntegra, e estamos a discuti-lo sectorialmente. Mas, também não posso deixar de criticar colegas autarcas, e colegas do interior, que numa reunião com as áreas metropolitanas, dizem desta forma muito simples: “A Linha do Douro até é vossa.” Isto foi dito em Alfândega da Fé, pelo Sr. Presidente da Câmara de Alfândega da Fé. Ora, isto não é solidariedade institucional. Para terem uma noção, o Secretário Executivo da Área Metropolitana do Porto foi o único, para além de nós, que se levantou e disse: “Mantenham estas posições, que é o que está defendido há mais de vinte anos, se querem desencravar o interior.” E é, não temos outra hipótese. Nós não temos outra hipótese se não for a Linha do Douro. E não me digam que é impossível, quando a Linha da Beira Alta nem sequer se apresentava nos cem primeiros lugares, e estão a fazê-la. Tem é que haver intenção e boa vontade, e passar de um ponto final a dizer “os coitadinhos do interior”, e dizer “os portugueses do interior”. E para isto, é necessário que estejamos todos juntos, e não como o Sr. Deputado, que certamente não estaria de boa fé, ou porque foi ??? -----

Quanto aos doentes oncológicos e carenciados, não está cá a Sra. Vereadora, porque ela hoje está numa formação, vamos lançar um programa que é sobre habitação indigna – é assim mesmo que está na Lei, habitação indigna – um grande programa que possa ser apresentado. Apresentou-se as linhas gerais e a legislação na última Reunião de Câmara, e a Sra. Vereadora hoje está com os técnicos aí. O que eu sei, grosso modo, é que será um protocolo de cinco mil euros (5.000€), e que tem tido bastante sucesso. E penso que o outro andarà à volta ??? É a ideia que eu tenho, mas na próxima reunião trarei isso, e com os dados todos – aliás, eu estou à espera de um relatório final da Associação Humanitária dos Bombeiros, que traz sempre o número de doentes que em cada protocolo foi utilizado, e virá obviamente aqui à Assembleia Municipal. -----

Quanto ao dia 11 de novembro, os proprietários foram todos identificados, foram avisados, estiveram lá numa ação também com o ICNF e APA. Penso que foi isso, e foi em Carviçais,

Mós, Felgueiras, Carvalhal e Açoreira. E portanto, está a decorrer dentro dos parâmetros que foram definidos. -----

O Plano Local da ULS, o que é que se vai decidir no plano local? É o que vier da descentralização, porque hoje estamos com esse problema. Não sei se já viram o que foi aprovado a 20 de setembro no Conselho de Ministros. Se não viram, eu tenho aqui, e vou dizer-vos depois, mais para a frente, o que é que está previsto. Ou seja, o plano local pode ser de alguma forma revisto, dependendo do número de Municípios que também aceitem a descentralização. Para já, não está para descer muito, estamos à espera da descentralização. Principal nota saída da reunião que houve: é a tentativa – por parte de todos os Municípios, obviamente, e penso que também da Direção, penso que a Direção está connosco – é que não haja perda, nem de especialidades para aqueles que o têm, nem dos cuidados primários para aqueles que têm os cuidados primários, e uma tentativa de não perder nada do que até agora temos. -----

Outra situação que pode ser através das Associações de Municípios, mas que ainda não está, e que ainda não está regulamentada, apesar de no nosso Orçamento já ter estado lá, é uma situação que Figueira de Castelo Rodrigo já está a fazer, e que nós estamos à espera da Associação de Municípios para podermos fazer, que é o acesso à saúde de forma gratuita integrado em sistemas de seguros, que seja o próprio Orçamento das Câmaras a suportar, e aí também com especialidades. O que é que nos permitiria se nós conseguirmos avançar com isto? É que o encerramento não fosse decretado em termos da ULS, mas podia ser por nós, uma vez que eramos nós que financiávamos os médicos para atendimento. Mas, lá está, mais uma para esperar também pela descentralização. -----

O abate de animais: eu vou levar à próxima Reunião de Câmara, e já respondemos também ao PAN, e só houve, em 2017, um animal eutanasiado. E por quê? Porque tinha leishmaniose. Foram feitas setenta e cinco ou setenta e seis recolhas em 2017, e vamos com trinta e cinco já em 2018. Quero dizer-vos que ainda na semana passada levámos a Freixo de Espada à Cinta alguns animais que foram adotados por uma associação espanhola, e há um mês atrás levámos vários animais a Beja, que foram adotados por uma associação alemã, que os levou. Portanto, não temos tido problemas de eutanásia. -----

Em que é que temos agora problemas? É na nova Lei; a nova Lei, que é problemática, e que tem a ver com a castração. Só para terem uma ideia, nós tivemos uma senhora que foi adotar um gato, e o que ela exigia era a castração do gato. Ora, o que está previsto na descentralização é que por cada castração, o Estado possa participar com cinquenta e cinco euros (55€). Neste momento, as clínicas veterinárias, de acordo com a nossa Veterinária Municipal, estão a levar cento e cinquenta e cinco euros (155€). Quer dizer que o Município tem de suportar cem euros (100€) para além daquilo que está previsto na regulamentação do

M.  
Pelo  
G



Estado. E por isso, a necessidade que temos de saber quais são os envelopes financeiros de cada um dos diplomas setoriais, senão não podemos assumir. Portanto, o que temos é isto. Aqueles que não são adotados vão para o Centro de Recolha Oficial de Figueira de Castelo Rodrigo. Não tem lógica cada Município ter um Centro de Recolha Oficial. E o Centro de Recolha Oficial de Figueira de Castelo Rodrigo tem Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo e Pinhel – são os quatro Municípios que estão nesse Centro de Recolha Oficial. -----

Agora, outro problema com a nova Lei, é saber se os canis devem, ou não, receber os animais que sejam de companhia. Ou seja, o papá e a mamã, em vez de adotarem um cão ou um gato, vão comprar a uma loja, e o cão é pequenino e cabe num apartamento, e os meninos gostam do cão e do gato. Mas, ele começa a crescer, e torna-se incómodo. Depois, vêm as férias, não há hotéis para deixar, não querem gastar dinheiro. A questão que se põe é: somos obrigados a recebê-los? Eles não estão em perigo, não estão com doenças, não perturbam o meio ambiente, no fundo. Nós não temos capacidade para os acolher, temos que assumir, não temos, porque há uma previsão que sejam as associações zoófilas, que também vão ser de alguma forma apoiadas, a receber esses. Mas, a Lei deixa isso em aberto. O problema pode ser este: tudo bem, vocês não querem, deixam na estrada, e aí já entra noutra alínea da Lei, que são os animais em risco ou perturbação da via pública, e aí nós já somos obrigados. Agora, o que eu entendo, e foi isso que propus na Câmara Municipal, no Executivo, é que, para já, não aceitássemos receber aqueles que são de companhia, porque senão entupíamos tudo e não tínhamos condições. -----

Aproveitar também para vos dizer que durante o mês de outubro vão realizar-se obras no canil municipal, que têm a ver com duas questões muito simples: primeiro, escoamento de águas, com a parte do chão; a outra tem a ver com um ponto de luz que é necessário para conseguirmos criar lá uma zona onde vai haver uma arca frigorífica para cadáveres, porque nós somos obrigados, se a GNR telefonar a meio da noite para recolhê-lo, temos que ter um que seja separado dos outros todos. Nós agora temos uma arca, mas não temos um compartimento próprio, com as condições que o Veterinário Municipal entende, e portanto, vai ser criada durante o mês de outubro. -----

E penso que terei respondido a todas as questões que me foram perguntadas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Vamos passar, então, ao Período da ordem do dia. -----

14.  
Pedro  
A

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Pedro Pereira** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **António Martins** (Coligação PSD/CDS) e **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui, realçar uma inovação: é que para além de trazermos as atividades que foram desenvolvidas – e eu fiz questão de colocar nestas as mais relevantes a nível cultural, e aquelas que já eram mais tradicionais no concelho; e depois, fiz questão de trazer a situação financeira para termos a perceção de como é que vão as finanças do concelho. Eu sei que muitos não ligam, a situação financeira não é importante, enraizou-se que a dívida não era para pagar, era para ir pagando, e portanto, é deixar andar, isso não é importante, se calhar até é aborrecido trazer aqui números. Mas, eu quero trazer os números para verem que nós estamos a cumprir com os pagamentos e as dívidas que herdámos. Eu sei que já estou no segundo mandato, e então, já não podemos falar de dívida, podemos falar de outras coisas, e por isso é que trouxe também os projetos, que são de sete milhões de euros (7.000.000€). E quando falamos tão mal das empresas aqui, que não conseguimos criar empresas, e não conseguimos criar emprego, que estamos amorfos, eu trago aqui a designação dos projetos de investimento, que estão em cerca de oito milhões de euros (8.000.000€), e dizer-vos duas coisas: que no Fundo de Emergência Municipal para os incêndios de 2017, onde constam vinte e nove mil (29.000€), houve aí um lapso, são quarenta e nove mil, cento e dez (49.110€). Tudo o resto é igual. E mais, a rede primária, que é a medida 8.1.3 do PDR 2020, que não está aí, também já tem a ver com este aviso, foi aprovado para a rede primária que vai do alto de Felgueiras, no Reboredo, até Felgueiras mesmo – também é uma novidade para o Sr. Presidente da Junta, porque ainda não sabia, porque só ontem é que chegou – foi aprovado a cem por cento (100%), cerca de cem mil euros (100.000€). É uma extensão de cem metros de rede primária. Portanto, estamos a falar aqui, grosso modo, de oito milhões de euros (8.000.000€). -----

Mas, o mais importante, eu gosto de trazer política positiva. E deixa-me muito confortável ver – e eu sei que muitos de vocês já viram isto certamente – no Diário Económico da semana passada, dizer uma coisa como: “Grupo fatura cinquenta milhões de euros (50.000.000€)”, e depois dizer uma coisa tão simples quanto isto: a empresa tal – que é para não fazer publicidade – que tem como principal execução, e depois diz em que é, com a sua sede na zona industrial de Torre de Moncorvo. Isto saiu em destaque do Diário Económico. E quando nos dizem que só temos cem mil euros (100.000€) de exportação – para isso, bastava ir a um produtor de vinho e perguntar quanto é que exporta, mas sabem isso, mas temos aqui um exemplo que saiu no Diário Económico sobre uma empresa sediada em Torre de Moncorvo, que fatura cinquenta milhões de euros (50.000.000€) por ano. -----

Mas, temos mais, investimento feito no Concelho de Torre de Moncorvo durante o final do ano de 2017 até hoje. EDP, eu tenho alguns Presidentes de Junta que estão aqui e que sabem o que é negociar com a EDP alterações de postes de transformação; se fosse só caírem do ar, porque a EDP queria, já todos o tínhamos feito, e não andávamos vinte anos a negociar. Mas, alguns pensam que é assim, ou não têm conhecimento da realidade, ou não estão na realidade. Mas, neste momento, da EDP, só na subestação da Açoreira, Concelho de Torre de Moncorvo, três milhões e quatrocentos mil (3.400.000€), investimento da Dourogás, que está já a decorrer, aproveitámos também já para, nas obras no centro da vila – e essas vão ser complicadas – junto à Cooperativa Municipal, já que tínhamos lá um problema das águas, fazer tudo, também através da Dourogás, dois milhões e meio (2.500.000€). Um grupo vitivinícola a instalar-se no concelho, em que só o primeiro investimento foi um milhão de euros (1.000.000€), no Concelho de Torre de Moncorvo. Portanto, estamos a falar aqui, grosso modo, em sete (7.000.000€) ou oito milhões de euros (8.000.000€), que juntamente com o que está aprovado, é para verem que num ano tivemos aqui investimentos avultados em que a Câmara também esteve, como tinha que estar, ao lado dos privados. E é isso que queremos continuar. -----

Portanto, quando nos acusam de só fazermos festas, e que o grosso do dinheiro é para as festas, tenham atenção aos oito milhões (8.000.000€) que aqui estão plasmados, e veem que a maior parte deles é para o ambiente, para a melhoria da qualidade das populações. E como dizia um Presidente de Junta que esteve muitos anos no Concelho de Moncorvo: “Eu não posso tirar fotografias, está tudo debaixo da terra.” Portanto, o grosso da obra está também debaixo da terra, mas está a favorecer a vida e os munícipes de Moncorvo. E por isso, eu fiz questão, como farei questão, de trazer o

14.  
Pedro  
Ay

mapa de investimentos sempre que a maior parte esteja adjudicada e concluída, que é para não dizerem que queremos ter uma tabuleta em algum lado. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar, então, à discussão. Começávamos, então, pelo Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público em geral, Srs. Funcionários. -----

Sr. Presidente, não sei se soube que no dia 15 de agosto faltou a água em Peredo dos Castelhanos, e verificou-se depois que não havia uma estrutura que respondesse à situação. Não há um piquete, não sei se da Câmara, se das Águas de Trás-os-Montes, não houve forma de alguém responder a essa situação. Depois, mais grave do que isso, é que depois de ter sido de alguma forma reposta a água, verificou-se que durante dois, três dias, essa água não pode ser utilizada para beber. Por quê? Porque ela estava loda. Penso eu que deveria haver limpeza desses depósitos. O Sr. Presidente da Câmara tem alguma informação sobre se, de facto, há limpeza dos depósitos da água? É que, de facto, é muito estranho que durante dois, três dias, nós não pudéssemos utilizar a água, nem para tomar banho. -----

Já agora, vou salientar que gostei de ver na feira, penso que na segunda feira quinzenal de agosto, uma atividade aqui na Praça Francisco Meireles. Já uma vez tinha falado nas feiras, na dinamização das feiras quinzenais, que são património do concelho que deve ser preservado, que deve ser acarinhado, e penso que essa foi uma atividade que oxalá que seja um início para dinamizar as nossas feiras. -----

Depois, eu tenho visto nos órgãos de comunicação social regionais preocupações de Câmaras aqui vizinhas – Alfândega, Carrazeda, Vila Flor – com o aproveitamento de águas para regadio. Não sei se a Câmara tem alguma estratégia para implementar regadios no nosso concelho, não sei se, de facto, o Sr. Presidente dirá alguma coisa sobre isso, mas, já agora, na minha zona, e não percebendo muito do assunto, mas falando já com muitas pessoas, penso que entre Urros e Peredo, todo aquele planalto onde existem já muitos amendoais, e há terrenos que não sendo terrenos muito ricos, mas que têm aptidão para a produção de amêndoa, penso que seria uma zona a estudar e a considerar num futuro regadio, toda aquela zona, que ainda são muitos hectares, centenas de hectares que, de facto, podiam ter outra rentabilidade que não têm hoje. Aliás, já há alguns regadios implantados, só que acabam por não funcionar

M.  
Edis  
Q



porque fazem a captação com furos, e isso dura um ano, dura dois, ao fim de dois ou três anos acabou, não tem viabilidade. -----

Depois, também fiquei admirado porque o Sr. Presidente era normalmente um assíduo frequentador da Festa de Peredo dos Castelhanos. Ainda era vereador, ainda era elemento desta Assembleia, estava na Oposição, e não falhava uma festa do Peredo, no dia 16, que é o dia que, de facto, é para as pessoas de Moncorvo que querem ir à Festa do Peredo, porque no dia 15 é festa em Moncorvo. Por acaso não vi lá o Sr. Presidente da Câmara. Foi propositado, ou foi algum acidente de percurso? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos. -----

Pegando nas palavras que me antecederam, na questão do regadio do planalto de Peredo dos Castelhanos, acho que é matéria para estudo, a mecanização requer pouca inclinação. Por isso, a nível de solos pobres, é verdade que o planalto é pobre, mas com água, com fertilização, facilmente se tem uma grande cultura sustentável. ----

Da apreciação da informação que o Sr. Presidente nos enviou, gostaria de destacar à cabeça a educação. Claro que estes investimentos são para requalificação das escolas, mas também gostava de sublinhar os quatrocentos mil euros (400.000€) que são investidos no sucesso escolar. De seguida, temos dois milhões (2.000.000€) de investimentos no POSEUR, ou seja, na parte ambiental, que praticamente quase todas as freguesias foram contempladas. Ou seja, a nível territorial, estes investimentos feitos do POSEUR estão no território todo – ou seja, não se concentram apenas na sede do Município, mas nas freguesias todas. Há uma coesão territorial nesta medida. -----

A seguir, tenho a parte do espaço público, pelos meus números, por alto, um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€) investidos no PARU, na reabilitação dos espaços públicos e dos edifícios públicos. Isto não só favorece quem usa os espaços, mas também favorece as empresas locais, ou não, depende do valor a que se candidatam para executar estas obras. -----

Também tenho a destacar a medida da modernização administrativa, são duzentos e cinquenta mil euros (250.000€). Se o Sr. Presidente nos pudesse esclarecer um bocado sobre esta medida, agradecia. -----

E também a parte da floresta, o Fundo de Emergência Municipal que aqui falou, cinquenta mil euros (50.000€) para restabelecimento da floresta, mais cinquenta mil euros (50.000€), da rede primária de que falou. Isto tudo está em consonância com o turismo da natureza, também outra medida de preservação do ambiente, as outras



medidas todas de preservação do meio ambiente, são no valor de trezentos mil euros (300.000€), pelas minhas contas. -----

E também na parte cultural, o Museu do Castelo, que eu gostava também de perguntar ao Sr. Presidente do Executivo em que ponto está esta situação. Como frisou o Sr. Presidente, são oito milhões (8.000.000€) de investimentos. E temos ouvido nas últimas sessões desta Assembleia dizer que o Sr. Presidente só se preocupa com a consolidação das contas; por isso, pessoalmente, tenho a sublinhar que o Sr. Presidente investiu oito milhões (8.000.000€), ou está a investir, em investimentos financiados. -----

Já agora, para terminar, a última pergunta é se nos pode enviar na próxima sessão, ou se tem um número por alto, de quanto é o investimento não financiado. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** No ponto anterior, no Ponto n.º 1.3, faltou-me referir nos assuntos de interesse para o Município, um evento que vai ocorrer, e muito importante para a nossa região, que é o Caminhão – Lagos do Sabor, no dia 29, que vai decorrer em Santo Antão, um projeto apoiado pela Associação de Municípios do Baixo Sabor, que penso que para o futuro dos nossos concelhos, isso seja muito importante. -----

No seguimento da apreciação da atividade municipal, de referir, das atividades que ocorreram, as mais relevantes talvez sejam o Festival das Migas e do Peixe do Rio, o Festival do Wine Summer Fest, e uma atividade nova, a Exposição de Empresas e do Empreendedorismo, que foi uma das novas bandeiras do Município. -----

No seguimento da informação escrita da atividade municipal, verificamos que a situação financeira a 24 de setembro é de nove milhões, trezentos e sessenta e cinco mil (9.365.000€), menos cerca de setecentos mil euros (700.000€) em relação a 22 de junho. Temos de realçar ainda a política de investimento do Município, de investimento financiado, com cerca de oito milhões de euros (8.000.000€), nas obras do Castelo, ??? do Reboredo, o Parque Verde, a requalificação das ETAR's, reabilitação do Santo Cristo, reabilitação do Mercado Municipal e o restabelecimento da floresta afetada pelos incêndios. -----

Na sessão anterior da Assembleia Municipal, o Sr. Deputado José Aires falou sobre a antecipação de verbas da água. De referir que a dívida existente em 2003 era cerca de um milhão, seiscentos e oitenta mil euros (1.680.000€). Ou seja, a antecipação das

M.  
Pedro  
Pereira



verbas não chegava para pagar essa dívida. Quais os juros que iríamos pagar se não fossem antecipadas as verbas? Teríamos de contrair novos empréstimos para pagar essa dívida? Será que antecipar as verbas da água, consolidar as contas, poder investir em projetos, não é beneficiar as gerações futuras? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pereira. -----

-----**O Deputado Pedro Pereira:** Ora, bom dia a todos. -----

Eu queria só descansar o administrador das redes sociais do Partido Socialista, uma vez que a crítica veio daí, relativamente às fossas da Foz do Sabor, que mediante o mapa de investimentos financiados que aqui está, podemos ficar descansados relativamente a isso, que irá ser tratado com a candidatura que vai ser feita no POSEUR para a Foz do Sabor. -----

Queria também referir que relativamente a esse assunto, só não está resolvido ainda porque a candidatura que foi feita há dois anos atrás foi cancelada. -----

Era só isso que eu tinha a dizer. Obrigado, e bom dia a todos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Também neste ponto, falar aqui de duas questões, uma que tem a ver também com a resposta que o Sr. Presidente me prestou há pouco. Só para poder esclarecer, independentemente do que diz respeito à questão do trânsito alternado na Quinta da Tarrincha, independentemente de onde se localiza, usufrua ou não, localiza-se no nosso concelho, e seja ??? à Lousa ou do Peredo dos Castelhanos aos Nozelos, representando os cidadãos deste concelho, não me causa nenhum transtorno a mim diretamente, nem regularmente, mas causará aos nossos habitantes e aos cidadãos, e a quem por cá passa. Agora, também sei que não é uma competência direta do Município, e fico contente que o Presidente esteja em contato com a entidade competente para a resolução dessa questão. -----

Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente que agora nos apresenta, tenho aqui algumas questões relativamente ao último mapa que é apresentado. No mapa de investimentos em curso, efetivamente gostaria que o Sr. Presidente nos pudesse esclarecer quais os investimentos em curso, os prazos de execução e respetivas participações, e também quais os investimentos a concurso, a base de licitação, prazos de execução e respetiva participação, e quais os investimentos ainda não

iniciados, mas já homologados financeiramente, prazos de execução e valor de participação. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Martins. -----

-----**O Deputado António Martins:** Bom dia a todos. -----

Eu queria reforçar as palavras do deputado Luís João e do Pedro Pereira, Presidente da Junta de Cabeça Boa, relativamente aos empreendimentos possíveis e já planeados do POSEUR, relativamente à transversalidade dos mesmos na resolução dos problemas dos esgotos no Concelho de Torre de Moncorvo, e congratular-me especialmente por a Lousa estar incluída, pois à semelhança do que aconteceu para a Cabeça Boa, na primeira candidatura, também foi negada essa candidatura. -----  
Portanto, é deveras importante resolver este problema para a Lousa, porque é, se calhar, o problema mais grave que lá existe, em termos de infraestruturas, porque embora não se fale muito nele, a realidade é que temos quatro fossas, qual delas a que causa maiores problemas em termos de impactos ambientais, e desta forma com a intervenção prevista e planeada vai resolver-se definitivamente este problema e quem vai beneficiar serão os residentes na freguesia, mas também a Câmara Municipal em termos de controlo e financeiros. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente, dizer-vos que relativamente às faltas, passou a meia hora regimental para entrada na Assembleia, e estão a faltar quatro membros: o representante da Junta de Freguesia da Horta da Vilarça – que hoje não é o Presidente, é um dos membros – o Sr. Horácio José Madaleno, está a faltar também o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias do Felgar e Souto da Velha, Vítor Vieira, o Presidente da Junta da Açoreira, Válder Andrade, e o Sr. Deputado do Partido Socialista, Sílvio Afonso Carvalho. -----  
Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Tentarei ser o mais sintético possível. -----  
Sr. Deputado Fausto, faltou a água, é verdade, eu estava a almoçar, na altura, com a Sra. Presidente da União de Freguesia de Urros quando soube, e mandámos para lá uma equipa da Câmara, sendo que a responsabilidade é da ATMAD. E foi a equipa da Câmara que, estando em contato com o representante da Junta de Freguesia, resolveu o problema da melhor forma possível. O que foi feito foi ??? o representante da Junta

Lu  
Edo  
M



também sabia isso, iríamos questionar a ATMAD sobre o problema da limpeza dos depósitos. E vou dizer-lhe aqui uma coisa, sob pena de a DGAL não gostar: se não fizer, faremos nós, porque é inadmissível que um investimento esteja feito, e depois não esteja feita a manutenção. Mas, a responsabilidade aí não nos cabe a nós. Ficámos preocupados, duplamente preocupados: primeiro, porque foi no nosso concelho, porque era num dia de festa, e porque a população do Peredo nesses dias triplica ou quadruplica. E portanto, tivemos esse problema, mas quero que fique ciente que é um problema da ATMAD, que não está a cumprir. E foram os funcionários da Câmara a resolver o problema para poderem ter água, não sei se nas melhores condições, mas não condições possíveis, com os meios que nós tínhamos, e atuando onde não tínhamos sequer competência para atuar. -----

Congratulo-me que tenha gostado da Feira de Empreendedorismo, eu também gostei, é uma das iniciativas que é dentro do CLDS. -----

Quanto ao regadio: o regadio, vi em jornais regionais, mas poderia ter visto em jornais nacionais, que há bem mais de três anos, a Câmara Municipal associou-se com a Associação dos Agricultores de Torre de Moncorvo, e já com o Ministro Capoulas Santos, reivindicámos o parecer da APA, que está atrasado quatro anos, para a possibilidade de regadio utilizando os lagos que nasceram com a Barragem do Baixo Sabor. Eu acredito que esta Assembleia Municipal, que já teve uma comissão para tratar de assuntos agrícolas, possa trazer-nos aqui uma proposta devidamente fundamentada, para estudarmos isso. Eu acho que é essencial para os nossos territórios. Sou sincero, acho que é essencial. Ao contrário de outros, que também não acreditavam que eletricificar terrenos rurais, que eram só uma estrada ???, e não traziam nada para Torre de Moncorvo, eu acredito que o regadio também é necessário. Agora, temos é que ter medidas, e quando o responsável pelos regadios nacionais, em Vila Flor, na Festividade da Terra Flor, diz somente isto: "Há quinze anos atrás, fui à Vila de Torre de Moncorvo, quase saí de lá escorraçado porque defendia o regadio, e vieram-me dizer que o que queriam era vinha, esqueça lá o regadio", e imaginem aquele pessoal todo, os doze Presidentes da Câmara, a olhar para a nossa vila. Portanto, temos que alterar este paradigma, que julgo que com as entidades se foi solidificando ao longo destes anos, que o que nós queríamos era vinha. E portanto, eu faço um desafio aqui aos Srs. Deputados, para juntamente com as Associações ???, poderem trazer um documento estratégico para o regadio para o Concelho de Torre de Moncorvo. Eu serei o primeiro subscritor, se assim me convidarem. -----

E a propósito de convites, passo já para a festa, que infelizmente foi o primeiro ano que não fui a Peredo dos Castelhanos. Infelizmente, foi. E eu até gosto de estar lá, mas eu

costumo dizer: a casamentos e batizados, vai quem é convidado. Eu não fui. Agora, estive lá, não fui à festividade. Se não sou convidado é porque não me querem. E foi o primeiro ano. E recorde – nem quero partidarizar isto, acredito que foi um lapso – dia 15 não era possível estar por causa das festividades aqui do concelho, mas dia 16 efetivamente estive lá. Portanto, quero acreditar que foi um lapso, que não me convidaram, e que não foi de propósito que não quiseram lá o Presidente da Câmara, até porque poucos dias antes tinha estado em Urros, e tinha estado na União de Freguesias. Portanto, acredito que foi um lapso da Comissão de Festas, ou então que foi mesmo porque pensariam que eu ia, e que não haveria necessidade de convite. Digo eu, não quero transformar isto aqui numa questão, mas efetivamente foi o primeiro ano que não fui, com muita pena minha, mas o único que perdeu fui eu. ----- Quanto ??? que o Sr. Deputado Luís João também falou ??? tem a ver com uma candidatura aprovada, e que basicamente tem a ver com a desmaterialização de dados, basicamente, ou seja, todos os problemas que muitas vezes temos aqui, e temos um programa que, como repararam, já nos trata do património, temos um problema ????. Vamos tratar disso e vamos ter também, e já vos digo aqui, uma viatura completamente equipada ??? só para as freguesias, para poder percorrer as freguesias, estar lá e fazer esse trabalho. Está aprovado, durante o mês de outubro teremos a carrinha a funcionar, a percorrer já as freguesias. -----

O Museu do Castelo: o Museu do Castelo já estava em obra, teve que haver aqui uma redefinição de prazos pelo seguinte: como sabem, foi encontrada uma porta – ou janela, ainda não sei bem porque ainda não veio o documento da Direção Regional de Cultura do Norte – e aguardo esse parecer, uma vez que já foram feitos os estudos ???, que é a entidade que está a fazer o estudo ??? e que faz a parte técnica, em termos de estrutura. E portanto, é só o que falta para as obras decorrerem. -----

-----O Presidente de Mesa: Eu não queria interromper, mas vamos suspender um quarto de hora. -----

(Interrupção dos trabalhos). -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor de continuar a sua intervenção. ---

-----O Presidente da Câmara Municipal: O Museu do Castelo, está já a obra em curso. Portanto, mal tenhamos a resposta da Direção Regional de Cultura do Norte, é para avançar, sendo que vai haver uma alteração significativa na estrutura. Havia duas

opções, uma era enterrar novamente o que foi descoberto, que é a tal janela para a praça, ou preservar a janela. A nossa intenção é preservá-la, está a ser feita, então, a alteração das estruturas, sendo certo que será a Câmara integralmente a assumir essa alteração. -----

E quanto ao investimento não participado, depois nós faremos chegar, na próxima reunião ou no decorrer deste período entre reuniões, as obras que não foram participadas – digo-vos nomeadamente a obra da Estrada do Larinho, a Estrada da Junqueira à Adeganha, a ETAR e a ligação ao sistema de rede na Macieirinha. Estas três serão aquelas com mais volume, não participadas, com obras feitas pela Câmara. Mas depois, eu farei chegar uma lista. -----

Quanto ao Caminhão, eu tinha um convite para vos fazer no final, que é amanhã, no sábado, o Caminhão. Vamos tentar bater o record, faltavam cem inscrições para bater o record mundial, que pertence à China já há largos anos. Portanto, cem inscrições, vamos lá fazer um forcing com todos os nossos conhecidos para conseguirmos estar no Caminhão, para batermos o record e conseguirmos que aquele espaço, que eu estou certo que vai ser um epicentro, quer de investimento, quer de lazer, possa ser uma realidade. Cem inscrições que faltam. -----

Sr. Deputado João Leonardo, quanto à antecipação das verbas da água, eu pensei que isto já estivesse ficado de alguma forma esclarecido noutras reuniões. Na altura, o Sr. Deputado José Aires disse que este Executivo, ao antecipar as rendas que eram até 2030, hipotecou o futuro das gerações – penso que foi assim, não sei, mas na ata deve estar assim, mais ou menos escrito. Bem, eu faço aqui uma conta que é fácil para qualquer um: as rendas eram até 2030, tínhamos a receber de rendas um milhão, quatrocentos e nove mil euros (1.409.000€), e já devíamos mais de um milhão, quatrocentos e nove mil euros (1.409.000€) – mais concretamente devíamos um milhão, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e noventa e sete euros (1.560.897€), isto no dia 25 de junho de 2013 – ainda não era o nosso mandato. Mas, quando dizem que hipotecaram as gerações vindouras, Sr. Deputado, eu aconselho a ver um acordo de transação assinado pelo Eng.º Aires Ferreira e a administração das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a fazer exatamente o mesmo, e depois não conseguiu cumprir. Data, 25 de junho de 2013, dívida do Município, um milhão, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e noventa e sete, ponto quarenta cêntimos (1.560.897,40€), fixe isto. Rendas a receber, um milhão, quatrocentos e nove mil (1.409.000€). Acordo feito em 20 de dezembro de 2013, pagámos na totalidade um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito, ponto um (1.469.858,01€); as rendas eram um milhão, quatrocentos e nove mil (1.409.000€). Ou seja, para além de termos feito um

acordo de transação melhor do que o que o anterior Presidente tinha assinado no anterior Executivo em cem mil euros (100.000€), fizemos com que fosse paga uma dívida e que não cobrassem juros, como no outro acordo estava previsto. E com a alteração do diploma legal em janeiro de 2014, havia obrigação, como qualquer comercializador, seja a EDP, seja a que seja, de cobrar juros às entidades gestoras, ou seja, às Câmaras Municipais. Portanto, agora diga-me o senhor como é que de 2013 a 2030 conseguíamos pagar os juros se já não tínhamos receita para pagar a verba que devíamos. E portanto, mais uma coisa lhe pergunto: ??? temos investimento de oito milhões (8.000.000€), se não temos as rendas porque as antecipámos, como é que conseguimos ter as contas em dia, e antes não se conseguia? Eu espero que tenham ficado esclarecidos agora. E se quiserem ver, esta assinatura é mesmo do Eng.º Aires Ferreira. -----

Sr. Presidente de Junta Pedro Pereira, efetivamente, deixe-me só dizer-lhe uma coisa: a candidatura da Foz do Sabor não está hoje concluída porque foi rejeitada no POSEUR, com informação da Agência Portuguesa do Ambiente da qualidade da água. E durante o período que mediou uma queixa do Bloco de Esquerda, de um Sr. Deputado, que depois pediu desculpa porque não sabia a situação em concreto, a APA fez uma coisa muito simples: atestou e registou aquela bacia como com qualidade alta de água. E nós voltámos no POSEUR a meter esta situação, e agora veio aprovado. E efetivamente é necessário; é necessário, e é um valor a rondar meio milhão de euros (500.000€). Portanto, quero dizer-vos que era nisto ??? quanto à Foz do Sabor, é porque não está concluída porque nos deram que a água não tinha qualidade. -----

Mas, mais: na Macieirinha, foi rejeitado consecutivamente o primeiro e o segundo aviso porque a massa de água é considerada de qualidade. A massa de água, para efeitos de candidaturas, é medida, no caso da Macieirinha, no Sabor – mal seria se não estivesse já com qualidade. E portanto, nós não quisemos deixar a Macieirinha de fora, e foi integralmente investido pela Câmara, e neste momento tem rede de serviços de águas residuais na Macieirinha, e tem saneamento básico. Podemos dizer agora, ao contrário do que se dizia desde 1990, os 99,99%, agora sim, temos cobertura, não é com fossas. E eu digo “agora sim” porque Estevais está concluído, o sistema da Açoreira está concluído, Felgar, Souto da Velha, Larinho e Moncorvo estão em conclusão, Junqueira está concluído, Horta da Vilarça está concluído, Nozelos está concluído, Vide está concluído, Maçores está concluído, Peredo está concluído, Cardanha está concluído, Urros está concluído, Adeganha está adjudicado, Cabeça Boa está adjudicado, Cabeça de Mouro está adjudicado, Cabanas de Baixo e Foz do

M.  
Edna  
G



Sabor está em concurso público internacional, ETAR da Lousa está em concurso público – já para responder ao Sr. Deputado José Aires, de quais são. -----

O Museu do Castelo, como disse, está em obra, o Parque 1 está concluído, o Parque 4 está adjudicado, o Parque 5 está adjudicado, o Parque 2 está adjudicado, o 8 e o 6 estão na CCDR em aprovação, a grande rota de património natural está concluída, rede regional de percursos, particularmente de património natural, está concluída, estabelecimento das plataformas ferroviárias da Linha do Sabor Miranda do Douro – Torre de Moncorvo, já expliquei como está, está em obra, a iniciar a 1 de outubro. Eficiência energética, plano nacional de ação para eficiência energética, em obra. Depois, D2GOV, está assinado o contrato de implementação. Requalificação e remodelação das instalações da Escola Básica, está a assinatura do contrato com o projeto já aprovado. O Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, adjudicado integralmente; o protocolo de colaboração para regularização fluvial da região norte está adjudicado; o Parque Verde da Quinta da Judite, está adjudicada a segunda fase; o Fundo de Emergência Municipal para os incêndios, está assinado o contrato; as obras de beneficiação e conservação das Piscinas Municipais descobertas, está na CCDR a aguardar aprovação; estabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos, está aprovada a cem por cento (100%) e adjudicada; a melhoria da resiliência e do valor ambiental, está em reclamação porque o Fundo Ambiental entendeu oitenta e cinco por cento (85%), e nós entendemos que deve ser a cem por cento (100%); e a rede primária está a cem por cento (100%) e vai ser ???.

-----  
Não sei se me falta aqui alguma questão que não tenha sido abordada. Sr. Deputado, os prazos ??? financiamento, Sr. Deputado José Aires: tenho a dizer-lhe que no POSEUR terminam para o final deste ano, e até ao primeiro trimestre de 2019, e todas as outras – por isso é que vem a repartição de encargos – são todas no decorrer de 2019, exceto a escola, que vamos ter que a reprogramar – aliás, na assinatura do contrato mostrei ao Sr. Presidente da Assembleia, na altura, na qualidade de Diretor da escola, em que a CCDR aprovou o seguinte mapa, que é o possível: investimento a realizar em 2018, seiscentos e vinte e oito mil euros (628.000€), com a aprovação agora é impossível. E vai até 2021. Portanto, com o lançamento do concurso, que são sessenta meses, e o visto do Tribunal de Contas, a correr tudo bem, nunca será iniciado antes de 2019. Portanto, o que nós temos previsto ainda em Orçamento serão pelo menos cinco por cento (5%), mais cinco por cento (5%) aos sete e meio (7,5%) que nós já pagámos, porque quem pagou o estudo e o projeto fomos nós, e o Estado não participou os sete e meio por cento (7,5%). -----



Quanto ao comentário que fez sobre a Terrincha, se é preocupação, é. A sua pergunta é que foi qual o prazo para a execução, e isso é que eu não lhe sei responder, porque é da competência da Infraestruturas. Se me disser que é preocupante, isso é, estamos de acordo. O prazo para execução é que não lhe posso dizer. Dei-lhe a resposta que achei que era a conveniente nesta situação. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos abrir um segundo período, em que cada um dos Srs. Deputados tem cinco minutos para intervir. Sr. Francisco Braz, Sr. Deputado Fausto Tiago, Sr. Deputado José Aires, Sr. Deputado Luís Dias. -----  
Sr. Deputado Francisco Braz, faça favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Relativamente ao mapa de aprovações que o Presidente apresentou, realço e aprovo afincadamente todo este trabalho conseguido com estas candidaturas todas, e desejo que sejam realmente todas executadas na plenitude. -----

Há aqui uma coisa que não posso deixar de referir: as localidades, como disse aqui o Luís João, não estão todas, mas quase todas, e o Presidente teve o cuidado de as ler – que eu não vou lê-las outra vez – e dos oito milhões e tal, não consta nada Carviçais, nunca aparece. Carviçais desta vez não consta. Nós temos a certeza de que não inviabilizará o Município de ter de trabalhar com e em Carviçais, pois para Carviçais terá que haver certamente outros apoios a outras candidaturas que a própria Junta de Freguesia se proporá a submeter e executar. Que isto fique bem patente, tenho que frisar isto aqui, pois, evidentemente, não poderei de forma alguma ser “apupado”, entre aspas, na praça pública por não constar nada para Carviçais. Lá fora não poderão vir a dizer que para Carviçais nada é contemplado. Mais tarde, não se admirem que tenham que aparecer outros benefícios para Carviçais, porque a minha posição é muito complicada. Mas, isso não me importa, interessa-me é apoiar os fregueses que represento, todos. -----

Muito obrigado. Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, Sr. Presidente, gostei de ouvir dizer que também concorda com o aproveitamento da água para regadios – eu vou falar na minha zona. Mas, depois diz assim: “Eu estou aqui, sou Presidente da Câmara; agora, as

M.  
Pedro



associações de agricultores façam o favor, organizem-se, apresentem um plano, venham cá falar comigo.” Essa é a posição mais cómoda: “Eu sou o Presidente da Câmara, e agora vocês façam, apresentem soluções, apresentem uma estratégia.” Sr. Presidente, isso é uma posição passiva; o Sr. Presidente tem que tomar, neste caso, como noutros toma, e bem – o Presidente vai à Linha do Sabor, vai à luta para a saúde, vai a muitas questões, mas na agricultura disse: “Não, os agricultores que definam uma estratégia, depois venham cá ter comigo, que eu estou aqui para apoiar.” Sr. Presidente, essa é a posição mais soft que o senhor acusa os anteriores de terem tomado. O senhor diz que não, que os agricultores fazem, e tal, e depois venham cá com uma estratégia, que eu depois ajudo e trabalho. Não senhor, o senhor tem é que tomar uma posição ativa, o senhor tem que ir à luta, o senhor tem que chamar os agricultores, tem que estabelecer prazos, tem que dizer assim: “Nós temos que fazer.” O senhor não quer isso. O senhor, por aquilo que disse, só está a passar a mãozinha, mais nada. Se o Sr. Presidente quer que, de facto, as coisas andem para a frente, sabe como é que se faz. Também sabe como é que se vai à luta para outras questões onde, de facto, não tem competências diretas, mas vai lá. Mas aqui, no caso da agricultura, o Sr. Presidente diz assim: “Os senhores façam lá, depois apresentem, que eu cá estou.” Não é, o senhor tem que ter uma posição proativa, e muito proativa, se quer fazer alguma coisa, porque, de facto, os agricultores são desprezados por todos. Não queira agora o senhor também fazer o mesmo. O senhor tem que ir à luta, o senhor tem que os chamar, o senhor tem que estabelecer prazos, tem que dizer assim: “Vamos, de facto, contratar uma empresa que possa fazer um estudo com pés e cabeça para podermos andar para a frente.” Não o vejo a tomar essa posição, só o vejo a dizer assim: “Srs. Agricultores, façam lá, depois venham cá ter comigo, que eu depois faço alguma coisa.” Não, essa não é a posição que o Sr. Presidente da Câmara deve tomar. Aliás, agora até me parece que o Sr. Presidente vai ter interesse na agricultura, e ainda bem, porque provavelmente, como o Sr. Presidente, depois de deixar de ser Presidente da Câmara, não poderá ir para Lisboa, porque está uma fila muito longa, mas irá para Coimbra. E se tiver cá interesses na agricultura, provavelmente será mais um Moncorvense aqui a trabalhar, e com interesses no nosso concelho, e na vinha, penso que faz muito bem. E incentivo a que, de facto, invista aí, mas na posição em que está, como Presidente da Câmara, tem que liderar esta questão da água e dos regadios no nosso concelho. Eu falo pela minha zona, e já indiquei a zona que eu acho que é propícia para isso, e que tem francas possibilidades de ali se estabelecer uma zona muito produtiva ao nível da produção de amêndoa. -----

Outra questão é a questão da dívida. O Sr. Presidente lá vem todas as vezes com a questão da dívida. Já lá vão cinco anos, Sr. Presidente, é altura de fecharmos esse capítulo. Aliás, está a fazer exatamente como os Governos fazem: vem este, acusa o anterior, o anterior acusa o outro. E o senhor está exatamente a seguir o mesmo caminho. Em todas as Assembleias Municipais, o Sr. Presidente da Câmara fala da dívida, hoje lá voltou outra vez à carga com a dívida. Mas, eu lembro, por exemplo, que essa dívida não teve nada a ver com empresas municipais como muitos outros concelhos criaram. E essas empresas municipais, o senhor sabe bem, eram, de facto, “elefantes brancos”, o senhor sabe bem disso. Aqui não havia empresas municipais. O senhor não pode acusar os Executivos anteriores de terem criado empresas municipais, que, de facto, eram sorvedouros de dinheiro. Isso não aconteceu aqui. Havia dívida, ninguém a nega, mas havia obra. -----

Outra questão, relativamente ao tratamento das águas residuais do Peredo, não sei se já está a funcionar, penso que está pronto, não sei se está a funcionar, mas alerta para o facto de a erva dentro do recinto já ser mais alta do que a rede. -----

Já agora, eu aproveito a oportunidade para falar no seguinte: aquela obra está implantada num terreno meu. As máquinas andaram lá a trabalhar, e ninguém da Câmara teve a hombridade de chegar ao pé de mim e dizer assim: “Podemos passar com as máquinas?” Foi o empreiteiro que foi ter comigo e disse: “Sr. Fausto, posso entrar lá no seu terreno com as máquinas?” E eu disse: “Olhe, ainda ninguém da Câmara me disse nada, não sei se o senhor está autorizado para isso, ou não.” Eu nem sabia, e eu disse ao homem: “Sim, senhor, faça lá o seu trabalho, que eu não quero criar complicações.” Mas, ninguém da Câmara teve a hombridade de chegar ao pé de mim e perguntar se podiam entrar lá as máquinas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Neste sentido, agradecer também aqui a explicação que o Sr. Presidente da Câmara efetuou relativamente às minhas questões dos mapas de investimentos financiados. ---  
Relativamente a outra questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado João Leonardo, relativamente à minha intervenção na Assembleia anterior, que consta da ata da mesma, e também pelo Sr. Presidente, apenas duas questões. A primeira é: existiu ou não existiu antecipação de receitas? Existiram, é um facto, foi o que eu disse.

M.  
Cedra  
By



E essa antecipação de receitas prolonga-se para lá do mandato? Prolonga, simples. Relativamente a essa questão, penso que também fica já esclarecida. -----  
E é só. Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Deputado Luís João. -----

-----O Deputado Luís João Dias: Ora bem, o Sr. Presidente falou na Comissão de Agricultura. Eu creio que no anterior mandato se tentou criar essa comissão, mas no fundo, a nível de estrutura institucional, não foi criada, foi de certa forma oficiosa. Reuniram-se os Presidentes de Junta e os membros desta Assembleia que quiseram comparecer. O que faz falta é, no fundo, criar institucionalmente esta comissão. Nessa comissão terão que participar, como noutras associações, eles sim, são os líderes, e eu continuo a achar que o trabalho da Câmara é ajudar, potenciar, e não ser líder. A Câmara não é agricultora, não pode ser líder. -----

Ainda sobre este assunto, eu fui informar-me sobre os outros regadios criados nas proximidades, e a base institucional para o regadio funcionar é uma associação de regantes. Ou seja, parte da iniciativa dos agricultores se associarem a uma associação de regantes, e essa associação poderá nessa altura, então, ter a ajuda do Município para todo o apoio, candidatar-se a projetos que permitam criar essa área de regadio. Concordo consigo quando fala que o planalto do Peredo tem muito potencial, há outros – Carviçais, também com um planalto com potencial, o planalto da Lousa e Castedo, o planalto de Cardanha e Adeganha. Ou seja, acho que toda a gente concorda que para a agricultura que o que faz falta são terrenos planos. As encostas, as encostas, de uma certa forma, não são mecanizadas, ou a mecanização que é feita com patamares, além de o investimento inicial ser grande, a manutenção também é grande. Se nós temos terrenos direitos, há que apostar nos terrenos direitos. Daí, compartilho a sua intenção para Peredo e Urros, para o planalto de Peredo e Urros, mas acho que devíamos estudar. -----

...Mas, a inexistência de drenos faz com que os caminhos fiquem inutilizáveis mesmo no período em que não chove, porque a água passa, cria um buraco, e custa a passar. Tem de haver manutenção, lá vai a máquina gastar gasóleo, pessoal, etc. Uma das coisas que nessa comissão surgiu foi haver um plano para a integração dos caminhos públicos, de melhorar a questão de drenos e escoamentos de água. Quase todos os Presidentes de Junta nessa comissão falaram da falta de verba para fazerem essas obras. Aí sim, acho que seria o Executivo a liderar um processo de melhoramento de

caminhos públicos, mas mais uma vez, seria uma foice em seara alheia, para usar uma expressão do Sr. Presidente, porque é da competência das Juntas de Freguesia. -----  
É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à constituição de comissões de trabalho, elas estão previstas no Regimento, e portanto, é um assunto que se os Grupos Parlamentares quiserem, agendaremos e serão constituídas. É um assunto a abordar em momento oportuno. -----

Sr. Presidente, faça favor de responder às questões colocadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Bom, começando pelo fim, porque me preocupa, eu não percebi se é um prédio contíguo, ou se é mesmo onde está instalado. Foi doado à Câmara? Não, Sr. Deputado, eu não estou preocupado com isso; é que eu entrei para aqui dizendo que não tinha sido doado, e agora tenho aí contratos para cumprir, setenta e cinco mil euros (75.000€) e mais para pagar, dessas situações. Mas, como me disse que tínhamos entrado lá sem autorização... Então, foi doada só uma parte, e nunca fizeram o destaque dessa parte. Pronto, é mais um problema que temos; é mais um. Agora já percebi. -----

Bem, então, para explicar o que é que eu quis dizer: eu terminei a dizer que eu sou o primeiro, depois, a encabeçar o que for necessário para lutarmos pelo regadio, eu terminei assim. Quando eu falei da Comissão da Agricultura não era para sacudir a água do capote; é porque existe desde o mandato passado uma comissão criada por esta Assembleia, e que de certeza podem elaborar um documento, e esse documento, depois de devidamente falado com instituições de lavoura e mais, obviamente que teremos que pedir a alguma empresa para nos tratar disso, como, aliás, já fizemos, Sr. Deputado. O regadio de Felgueiras foi aprovado através da CIMDouro, foi aprovado. E foi aprovado por quê? Porque havia uma comissão de regantes devidamente constituída, e portanto, essa comissão de regantes, numa candidatura que a Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara, fez, foi aprovada a cem por cento (100%), ou seja, Felgueiras vai ter esse problema resolvido. Isto não é um dossier que passe por ali. E, aliás, quando o senhor diz assim, tem que se investir na agricultura, eu espero que todos me deixem chegar onde eu quero investir, porque se houver alguns contratemplos, já não posso investir. E quando me diz: "O senhor não vai para Lisboa porque a fila é muito grande", por acaso tenho notado uma coisa incrível: quando vou a Lisboa, cada vez há mais filas. Mas, eu concordo consigo, cada vez que vou lá é pior.

M.  
Pedro  
Cy



Ainda bem que eu estou cá para trás, estar à frente é sempre complicado. Eu concordo consigo nisso. Nem é minha intenção ir para Lisboa, eu sempre disse, eu tenho um compromisso com os Moncorvenses. E por ter um compromisso com os Moncorvenses é que eu defendo os interesses dos Moncorvenses, independentemente do status que está instituído em Lisboa, porque não quero mesmo saber dele; não quero mesmo saber dele. Aliás, eu tenho quatro milhões e quinhentas mil razões para não querer saber mesmo do Terreiro do Paço, porque alguns têm quatro milhões e quinhentas mil para estarem lá a defender os interesses, mas esquecem-se de os defender. -----

Portanto, o que eu quero é que esse documento que possa surgir dessa comissão me seja útil para eu – eu, o Executivo, obviamente, juntamente com a Assembleia e com uma empresa devidamente credenciada que nos possa dar uma mais valia a esse projeto, que possamos apresentar. Agora, nós temos de ter uma base de trabalho, eu não posso chegar ao Ministro e dizer que quero isto porque quero, porque isso já fizemos, já levámos ao conhecimento do Ministro Capoulas dos Santos. Agora, queremos mais, queremos um documento que seja palpável. Foi só isso que eu quis dizer, não é sacudir a água do capote. -----

Quanto à erva mais alta, é uma preocupação, então, que teremos que ver – aliás, aqui o Sr. Vice-presidente já está a tomar nota disso. -----

Sr. Deputado José Aires, penso que não vale a pena falarmos sobre aquele contrato, das antecipações ou não antecipações. -----

E dizer-vos o seguinte – e isto para que fique de uma vez por todas: eu não quero falar de dívida; quando eu falei foi porque me perguntaram aqui. Aliás, eu comecei a minha introdução no primeiro ponto a dizer que para muitos não era interessante trazer a situação financeira. Eu nem toquei no número, foi porque me foi perguntado. E só uma pequena correção para utilizarem: infelizmente – eu digo-vos “infelizmente”, porque eu gostava de fazer dívida – eu nunca falo de dívida, falo de pagamento, porque o que eu herdei não foram créditos, foram débitos. -----

E com isto, dou por concluída a minha intervenção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Está concluído, então, o Ponto n.º 1. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município.** -----

**PONTO 2 — TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO.**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)**, **António Júlio Andrade (PS)**, **José Aires (PS)** e **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Como sabem, foi publicada uma nova Legislação no dia 16 de agosto, em que teremos de nos pronunciar, falar de alguns assuntos. -----  
Eu dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para expor o assunto que consta do Ponto n.º 2. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----  
O que levei à Reunião de Câmara foi o meu descontentamento, e o descontentamento do Executivo, pela Lei n.º 50/2018. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no seu art.º 4.º, n.º 2, alínea a), obrigava os Municípios, até 15 de setembro de 2018, a pronunciarem-se junto da Direção Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido, se queriam a transferência de competências, ou não. Isto era a primeira versão. Eu fiz uma proposta em que o que se dizia era que seja deliberado um voto de apoio a uma verdadeira descentralização, que não seja aceite nos termos propostos a transferência de competências para 2019 sem a aprovação e publicação dos diplomas setoriais, e que seja comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais a decisão tomada pelo Executivo, apoiada pela circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses. A circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que também vos foi junta, vinha a dizer que os Municípios não deviam pronunciar-se nestes termos, uma vez que o art.º 44.º do mesmo diploma dizia o seguinte: “A presente Lei produz efeitos após a aprovação dos respetivos legais de âmbito setorial.” Ou seja, não era possível atendermos ao art.º 2.º e ao art.º 44.º. -----  
Posteriormente a isto já vieram alterações, nomeadamente do Gabinete do Sr. Secretário de Estado e do Sr. Ministro, do dia 3 de setembro, a dizer que não se aplicaria o art.º 2.º porque não houve tempo para a realização dos diplomas setoriais. E com isto já nos permite termos uma folga para a próxima Assembleia, sendo certo que alguns diplomas já foram aprovados, mas não publicados, e outros que estão a aguardar publicação foram consensualizados com a Associação Nacional de Municípios. Eu vou dar-vos uma lista, porque o que eu tenho ainda não é oficial, porque senão distribuiria aqui essa lista – e quando tiver a oficial, obviamente

h.  
Pedro  
A



entregarei aos Srs. Vereadores, e depois virão cá. Consensualizado está o regime de organização dos serviços das Autarquias Locais, está a Proteção Civil, está a cultura, o património, a habitação, as praias, as áreas protegidas, as vias de comunicação (com reservas), as estruturas de acompanhamento aos cidadãos (nós já fazemos com os Gabinetes de Apoio ao Cidadão), o policiamento de proximidade, a proteção de saúde animal e segurança alimentar, a segurança contra incêndios em edifícios, o estacionamento público, as modalidades afins dos jogos de fortuna e azar, a justiça – na justiça está consensualizado porque só estamos a falar do que hoje já damos, que é a reinserção, a violência doméstica, os julgados de paz e o apoio às vítimas; o resto, tudo foi retirado, no que está consensualizado mas não definido o prazo – a promoção turística e a captação de investimento. Nestes diplomas todos, o que é que está de fora? A educação, que não está consensualizada, e o que está em vigor é uma pronúncia até 31 de março de 2019 para os Municípios que não queiram as competências; é o que está proposto. No apoio social, não está consensualizado, mas prevê-se que o presente Decreto-lei entre em vigor trinta dias após a publicação. Este foi consensualizado, mas ainda não está publicado; sabe-se que é trinta dias após, mas não se sabe a data da publicação. Na saúde, não está consensualizado; a única coisa que está consensualizada é sessenta dias de pronúncia para a Assembleia após a entrada em vigor para os Municípios que não queiram competências em 2019, ou seja, tem que ser obrigatoriamente nos primeiros dias de outubro, senão se já é em novembro, já passa para janeiro, e nós temos sessenta dias antes de 2019. Depois, não está consensualizado também as áreas portuárias, uma vez que tem que ser por negociação. Ainda não está publicado nada. Nos transportes de passageiros em vias navegáveis interiores – ou seja, no nosso Douro, por exemplo, aqui – não está consensualizado, e a única coisa em que se chegou a acordo foi que entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Mas, não está para publicação. O das freguesias – e aqui peço atenção, eu como não posso estar com todos os Presidentes das freguesias como quero, vou ler-vos o que é que está previsto, mas não consensualizado, à exceção de que entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, mas não se sabe quando é que é a publicação. E tem algumas coisas que o Sr. Deputado Luís João falou, que é a gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, manutenção, reparação, substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público (com exceção daquele que seja objeto de concessão), gestão a manutenção corrente de feiras e mercados, realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, manutenção de espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, utilização e ocupação da via pública (toda), afixação de publicidade de interesse comercial, autorização de atividades de exploração de máquinas de diversão, autorização de colocação de recintos



improvisados, autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição, autorização da realização de equipamentos ocasionais, autorização de realização de fogueiras, queimadas, lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas. Tudo isto está previsto para as freguesias na descentralização, mas só se sabe que entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Ou seja, os que não disserem que não querem, automaticamente têm estas competências. A data de publicação não está consensualizada. -----

Portanto, o que nós estamos à espera neste momento – e isto terá que ser fruto de uma ampla e larga discussão – é que os diplomas setoriais, na sua vertente das competências, já estão, mas não estão na vertente financeira. E eu apelo aos Srs. Presidentes de Junta, que sabem quão magros são os vossos Orçamentos, que com isto que vos acabei de ler, se não tiverem um envelope financeiro, não sei como é que o vão fazer. Sinceramente, não sei, não sei como é que o vão fazer. -----

E portanto, esta tomada de posição – e quero que fique aqui esta nota: eu sou a favor de uma verdadeira descentralização. Penso que esta Lei foi mal conduzida e quiseram fazer muito à pressa aquilo que não devia ser feito. E portanto, tem que ser mais discutida e muito bem consensualizada entre nós, porque eu quero recordar-vos aquilo que foi feito na educação há uns anos atrás, em que a Câmara aceitou, e depois teve que denunciar o contrato com o Ministério da Educação. E por quê? Porque não havia possibilidade de nós conseguirmos aguentar aquele barco. Por isso, foi denunciado, nomeadamente as verbas suportadas pelo Município com os funcionários que estariam na escola, na ADSE. Agora, se me disserem para os transportes escolares, os transportes escolares já são assegurados por nós, em que temos um défice de cerca de trezentos mil euros (300.000€) entre o que é atribuído pelo Estado, Poder Central, setenta e seis mil (76.000€), e trezentos e setenta e cinco mil (375.000€) que nós pagamos. Portanto, temos aqui um défice de trezentos mil euros (300.000€); se me derem duzentos (200.000€), trezentos (300.000€) ou cem (100.000€), nós já o estamos aqui a suportar, e portanto, é bom. Agora, para que é que eu quero a gestão de uma escola se não percebo nada do assunto? Para isso estão lá os órgãos próprios. O mesmo se passa no Centro de Saúde. Quero o edifício para quê? Para ter despesa no edifício? Que me deem a possibilidade é de contratar aquilo que o Município quer, se precisa de um médico, se precisa de alguma coisa, que nos deem esses meios próprios. Por isso é que eu digo, e nesta proposta diz “uma verdadeira descentralização”. -----

Agora, a comunicação à DGAL fazia sentido no dia 24 de agosto, deixou de fazer sentido no dia 3 de setembro, com esta posição. Temos que estar atentos, porque com esta confusão de no dia seguinte à publicação – ainda não está prevista a publicação – sessenta dias após a

M.  
Edo  
M



publicação (não sabemos quando é), temos que estar muito atentos, e peço aos Srs. Presidentes de Junta para também estarem atentos, porque as vossas competências, se não disserem nada, é no primeiro dia. Não participam à DGAL, assumem as competências, se se mantiver este diploma como está. Por isso é que eu estou a dizer que estou a falar-vos numa base de trabalho, e não num documento já oficial. -----

E portanto, era este o esclarecimento que eu tinha. Se for necessário haver uma Assembleia Municipal Extraordinária para vermos isto, no início de 2019, ou a Assembleia de fevereiro pode antecipar-se, mas se houver necessidade, eu acho que é de todo conveniente, e com o compromisso que o Executivo vai ter – e nomeadamente a Dra. Lúcia vai ter esse compromisso – de que mal saiam os diplomas setoriais já devidamente estruturados, mandar para os Srs. Deputados todos, para terem uma noção do que se vai passar, porque é demasiado importante para estarmos a decidir numa reunião de uma hora, ou duas, ou três. É importante cada um trazer já os seus contributos. Mas, eu continuo a dizer: nada do que está aqui é partidarizado – aliás, muitos autarcas do PSD tiveram a mesma proposta – o que nós queremos é que nos diplomas setoriais saibamos que competências vamos ter e quais as contrapartidas que vamos ter, e o que é que podemos fazer com as competências que nos vão dar. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É assim, eu também queria falar, posso falar no fim ou no princípio. -----

Dizer-vos que eu estou frontalmente contra esta Lei. Reparem, no que diz respeito à educação, não há nenhuma descentralização. O que nós temos atualmente é uma desconcentração de poderes, e as escolas, fruto do Decreto-lei n.º 75/2008, alterado pelo n.º 137/2012, têm órgãos próprios: tem um Conselho Geral – que é o órgão mais importante, a que o Sr. Deputado Eduardo Carvalho já presidiu – tem o órgão de administração, tem um Diretor, tem um Conselho Administrativo. Há um concurso público, com publicação em Diário da República. Com esta transferência de competências, retiram todo o poder às escolas, ou seja, o Governo Central, o Ministério da Educação não abdica de nenhum poder. O poder que as escolas têm é entregue às autarquias. Com que poderes ficam as escolas? Só com dois poderes, por enquanto: os professores e os currículos, porque já há inclusivamente Presidentes de Câmara que dizem que também devem ter os currículos. E o que é que isso vai implicar nas escolas? Não se justifica – aliás, penso que depois o Ministério da Educação terá que ser consentâneo com esta postura – manter os órgãos de gestão. A escola passa a ser uma repartição da Câmara. Eu não sei se vocês já leram a Lei, mas diz – tem vários pontos, não vou lê-los todos, logicamente – “gestão dos móveis e imóveis afetos”. Por exemplo, o ginásio, durante o dia é da

escola, à noite é da autarquia. Portanto, há uma mudança de competências. Os recursos humanos passam todos, pessoal não docente, para as autarquias, e por isso alerto a Câmara, que devem ter muito cuidado com os recursos humanos que o Ministério vai afetar, porque se forem os rácios que estão em cima da mesa, é terrível. Por exemplo, simples aquisições como uma caneta, um manual. Imaginemos que chega lá um professor ao órgão de gestão e diz assim: "Nós tivemos uma reunião do conselho de docentes e achamos que era importante comprar um manual." A escola não compra, porque a escola deixa de ter orçamento. Ou seja, uma caneta, um manual, uma visita de estudo, isso sai tudo da esfera da escola. Por isso, um dos órgãos que a escola tem, que é o Conselho Administrativo, não se justifica ter. Se não tem dinheiro, por que é que há um Conselho Administrativo? Para se reunirem? Para se reunirem não precisam de ter um Conselho. -----

Portanto, eu sou frontalmente contra esta Lei. Não sou contra a descentralização, mas o que funciona, e funciona mais ou menos bem, e se funciona pior é porque os Ministérios têm cortado sucessivamente verbas para as escolas – por exemplo, uma das coisas em que nós recorremos frequentemente à Câmara é relativamente à manutenção porque nos retiraram o funcionário da manutenção. Há meia dúzia de anos, era raro pedir à Câmara que fossem lá fazer reparações, porque tínhamos um funcionário. Agora não temos, e depois temos que estar a incomodar a Câmara. O Ministério fez cortes cegos, a maior parte das vezes, e então, temos de recorrer a essa entidade. Agora, eu ficaria mal comigo – aliás, o meu mandato como Diretor termina dentro de dois anos, não me preocupo com isso, aliás, eu costumo dizer que sou professor, o meu lugar é de professor; estou neste momento como Diretor, mas isso é um lugar de passagem, de concurso, eleição, etc. Não me preocupo com isso. Mas, ficaria mal perante os meus colegas docentes aceitar uma Lei destas. Esta é uma Lei má para as escolas, porque as escolas perdem autonomia. Nós, escolas – se a Lei entrar em vigor, passaremos a ser quase uma repartição, estaremos ali dependentes de tudo e de todos. A autonomia dos professores, que se reflete, por exemplo, nos manuais, a aquisição de um manual é um aspeto pedagógico. Imaginemos que sai um site novo, etc.; a escola não pode adquirir, tem que ir bater à porta da Câmara para que a Câmara autorize. Portanto, eu, como vos disse, sou frontalmente contra esta Lei. -----

E depois, há outro problema, que é o problema dos prazos, e isso tudo. Mas, isso é outra questão que a Assembleia terá que se pronunciar. -----

Sr. Deputado João Pavão, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Bem, mais uma vez, relativamente à descentralização, importa começar, se calhar, o debate de cima para baixo. Para já, esta Lei, acho que foi feita de forma atrapalhada pelo próprio Governo, devia ter seguido o formato bottom up, e não top down, ou

h.  
Pedro  
g.



seja, de baixo para cima e não de cima para baixo. Eu sou a favor da descentralização, primeiro ponto; acho que, e como os próprios Presidentes das CIM's estão a defender, os governos locais às vezes sabem gerir melhor os fundos do que o próprio Governo, mas parece que estamos um pouco numa descentralização à la carte: não é nada imposto, os Municípios é que vão decidir – vou dizer Autarquias Locais, que engloba logo tudo, Municípios e Juntas – se queremos, ou não, a descentralização. Isto parece-me também um pouco a trapalhada que existiu com o Infarmed, que não era uma descentralização, mas sim uma deslocalização – ou desconcentração, conforme quiserem dizer – e já estou como o Dr. Rui Moreira, que diz que isto não vai acontecer, a descentralização. -----

E depois, aquilo que vemos é que também esta descentralização pode trazer oportunidades para os Municípios, ou seja, melhorar a eficiência das respostas que estão sob a alçada do Estado, nomeadamente os Centros de Saúde; as escolas, aqui como o senhor, na condição de Presidente, mas que também é Diretor do Agrupamento, deu aqui os seus argumentos, mas posso fazer-lhe chegar um artigo que chegou do Público, que possivelmente as Câmaras vão fazer protocolos de cooperação com os Agrupamentos Escolares, posso fazer chegar essa posição. Mas, acho que aqui o que é importante é aquilo que o Sr. Presidente também disse à Assembleia, é se o Município já tem algum estudo planeado, ou algum estudo feito da transferência de competências ao nível dos imóveis, quais são os encargos que isso vai trazer também para o Município, e sobretudo nos recursos humanos, que obviamente irá aumentar a folha salarial mensal do Município. -----

E depois, ver também que esta Lei, ao acontecer a descentralização, falha ainda uma coisa: se as autarquias vão ter mais poderes, e falando em executivos, se o poder executivo vai ser aumentado, o poder fiscalizador, ou seja, das Assembleias Municipais, terá que aumentar também. E esta descentralização irá levar, obviamente, a uma alteração no regime das Autarquias Locais, e espero que leve também à alteração da Lei do Financiamento das Autarquias Locais, porque também se vê aí uma oportunidade, e já foi assunto de outras Assembleias, por exemplo, há lá a gestão marítima – mas aqui será a gestão das rotas fluviais – pode aqui aparecer a oportunidade de os Municípios começarem a taxar, por exemplo, os cruzeiros no Douro, entre outras oportunidades ao nível de taxaço do Município. Era só este ponto que queria fazer, e que o Município realizasse o estudo para ver qual é que será o impacto a nível de recursos humanos e de imóveis, caso essa descentralização venha a acontecer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Francisco Braz. -----

M.  
Pedro  
G

-----**O Deputado Francisco Braz:** Neste tema, vou debruçar-me mais no que diz respeito às Juntas de Freguesia. No mandato anterior, na proposta de delegação de competências para as Juntas, eu fui o único que aceitei cerca de setenta por cento (70%) das propostas, desde que houvesse apoio para tal. Agora, perante esta Lei, pergunto: há verbas de apoio para as poder pôr em prática? Se sim, ótimo. Vamos a elas. Se não, então desafio os senhores deputados lá de Lisboa a virem tomar conta das Freguesias. É como outro caso que vai aparecer novamente, que é o caso das contabilidades das juntas; quando a Lei, adiada, voltar, como será possível gerir uma freguesia rural? É o que infelizmente temos. -----  
É só. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, vou ser breve e muito concreto. -----  
Quero dizer o seguinte: eu sou absolutamente contra, vou votar contra esta Lei, esta moção, porque não aceito qualquer processo de descentralização, defendo apenas um processo de regionalização, tal como manda a Constituição da República Portuguesa. Por isso, vou votar contra. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Relativamente a esta questão, é, de facto, uma questão deveras importante. Agradecer também a explicação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal pôde efetuar. Ou seja, acho que aqui a maioria de nós é a favor da descentralização, não há descentralização de competências também sem que tenha que prover um pacote financeiro para que elas possam ser suportadas e implementadas no terreno. Acho que é um debate que ainda continua em curso, ainda nada se encontra fechado, o Presidente da Autarquia já fez aqui também, neste caso, a apresentação de algumas das áreas possíveis para a descentralização e de diplomas que poderão, entretanto, entrar em vigor ou ser publicados, mas também queria perceber melhor se neste Executivo, e da parte do Sr. Presidente, se já existe alguma ideia concreta de quais são as áreas que a Autarquia de Moncorvo veria como fundamentais para que pudessem ser descentralizadas e aplicadas no local. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís João, faça favor. -----

h.  
Pedro  
M



-----**O Deputado Luís João Dias:** Tal como disseram os vereadores da Oposição na reunião do Executivo, a meu ver, deveríamos aguardar pela publicação dos diplomas setoriais para conseguirmos analisar melhor isto. Mas, um fácil exercício mental, quais são os grandes papéis do Estado? Segurança (ou defesa), educação, saúde, e logo as primeiras competências – ou incompetências, porque neste caso o Estado ficará incompetente – o que passa para os Municípios é a saúde, a educação, a Proteção Civil. Eu também sou a favor da regionalização, a regionalização que nos foi imposta foi de cima para baixo, mais uma vez, exceto a NUT III, que foi de baixo para cima, pois foram os Municípios que se associaram em regiões. Neste diploma, não vejo competência nenhuma para as regiões, apenas falam nas associações intermunicipais, falam nos Municípios e freguesias, não falam nas regiões, não têm qualquer referência. -----

Na educação e na saúde, poderemos ter um perigo de uma heterogeneidade territorial, haverá muito mais competição entre os Municípios. Claro que os territórios do litoral, que têm mais gente, têm mais fundos, são muito mais competitivos, o fosso entre o interior e o litoral irá aumentar se estas competências passarem para os Municípios. Há um perigo ainda de uma concentração de poderes no Município, de maior caciquismo, o perigo de a “lei do tacho” imperar em todos os Municípios. E concordo com o que disse o colega, membro da Assembleia João Pavão:” é uma trapalhada tal como foi a Infarmed”, é estar à pressa a legislar. O que eu acho é que isto não vai ter pernas para andar e vai voltar atrás, tal como o Infarmed. É o Estado central a brincar connosco mais uma vez. -----

Já agora, a minha intenção de voto, se houver voto sobre isto, será a abstenção, porque sem a publicação dos diplomas setoriais, acho que não nos podemos pronunciar corretamente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, era só para dar alguma noção com algumas situações concretas. -----

Quando nós dizemos que o Governo fez a Lei de cima para baixo, e não de baixo para cima, eu concordo. Mas, nós estamos aqui a pedir à Câmara que faça o mesmo. Dizem-me assim: “Quais são os edifícios que quer?” E eu pergunto: “E quanto é que me dão?” Por exemplo, na cultura, o Sr. Ministro da Cultura aí esteve bem, remeteu para o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, enviou um ofício a dizer: está previsto entregar-lhe...” – em Moncorvo, nenhum, mas vou dar-vos dois exemplos de Municípios aqui que são nossos vizinhos, Carrazeda de Ansiães, o Castelo de Ansiães, e Mogadouro, o Castelo de Canavais. E diziam assim: “Está previsto, se nada disser até ao dia tal, será transferido para si a responsabilidade do Castelo de Ansiães (no caso de Carrazeda de Ansiães) e de Canavais (no caso de

Mogadouro), sendo certo que no Orçamento de Estado para 2019 não haverá nenhuma compensação financeira. Os colegas aí, foi fácil decidirem, não queremos. Não tinham, não queremos, acabou. Para pagar aos funcionários que estão lá? Não queremos. -----  
Agora, para verem como isto está ainda, na educação, proposta do Governo: são transferidas as competências de planeamento, gestão e realização de investimentos nos estabelecimentos públicos de educação e ensino integrados na rede pública do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e secundário, incluindo profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; assegurar refeições escolares e gestão dos refeitórios escolares; apoiar as crianças e os alunos no domínio da Ação Social Escolar; participar na gestão dos recursos educativos; participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar; recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente; garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar; assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os Agrupamentos de Escolas; promover o cumprimento da escolaridade obrigatória e participar na organização ??? escolares. Esta é a proposta governamental. Assuntos em cima da mesa que ainda não estão, e cuja pronúncia poderá ir até 31 de março: a existência de comissões prévias de análise, de avaliação e validação individual entre cada Município e o Governo antes da operacionalização das transferências de competências, que analisará os elementos e os dados relativos a cada Município. E isto porque, como o Sr. Presidente disse, o rácio em termos de administrativos e pessoal não docente pode fazer com que Moncorvo, dos quarenta que precisa, só tenha um, ou dois, ou seis. E é impossível gerir aquelas escolas com este pessoal não docente. Que a transferência de competências se concretize através da assinatura de autos de transferência; que as competências relativas a investimentos em novas infraestruturas e grandes reparações – construção, requalificação, modernização dos edifícios escolares – se efetive mediante a celebração de contratos-programa, onde devem constar os termos do respetivo financiamento; que a efetivação das novas competências municipais em matéria de investimentos e novas infraestruturas em grandes reparações só ocorrerá depois de estabelecido e acordado em cada Município o contrato-programa que estabeleça o programa financeiro ou a dotação concreta que propiciará o investimento em causa, circunscrevendo-se as responsabilidades municipais até esse momento às obrigações constantes na conservação, manutenção e pequenas reparações; que a gratuitidade dos transportes escolares para os alunos do 1.º ciclo e ensino secundário só entrem em vigor após a publicação da portaria referente a este diploma (que ainda não existe); que os encargos relativos às despesas com a ADSE e Serviço Nacional de Saúde se mantêm na responsabilidade da Administração Central; e que a existência de verdadeiras comissões de acompanhamento possam monitorizar o quadro de competências e

h  
legis  
M



simultaneamente contribuir para a resolução dos problemas que surjam. Isto foi a proposta que está em cima da mesa, e depois há a proposta de entrada em vigor. Pronúncia até 31 de março de 2019 para os Municípios que não queiram. Os que querem não se pronunciam; os que não se pronunciarem, aceitam. -----

Isto é para vos dizer o quê? Enquanto não tivermos a situação financeira devidamente salvaguardada, nós não podemos dizer se queremos o edifício A ou o edifício B. Eu recordo-vos que andamos há quatro anos à espera que o IEFP responda, porque está na Ministra das Finanças, se fazemos a permuta, ou não, e o IEFP está alegremente a utilizar as instalações que são do Município, e um edifício ali a degradar-se. Portanto, nem a isso nos responderam ainda, quanto mais para termos esta responsabilidade que nos querem assacar sem nós conhecermos os diplomas setoriais. -----

Portanto, o que eu propunha, se me fosse permitido, é que não temos de nos pronunciar sobre esta Lei. Foi o que eu disse a 24 de agosto, que tínhamos até 15 de setembro. A 3 de setembro, o Ministro e a Direção Geral veio dizer que não tinha possibilidade de analisar, e portanto, teriam que entrar os diplomas setoriais. Isto foi mais um alerta para tomarmos conhecimento e para os serviços – como eu me comprometi, vou-vos enviar os diplomas setoriais que forem saindo, para termos uma posição numa próxima reunião. Se for necessária uma Assembleia Extraordinária, faz-se só para discutir isso. Mas, é importante que todos estejamos aqui dentro. Como podem ver, a educação, que é problemática, tem aqui uma série de questões que ainda não foram resolvidas, e que algumas das propostas que fazem na Lei Geral podem cair. O que eu vos peço é estas atenções. Querem ver esta situação? Estamos em outubro de 2018; para o ano que vem, 2019, há dois atos eleitorais – as europeias e as legislativas – o que quer dizer que vamos passar alegremente, a partir de dezembro, da aprovação do Orçamento, alegremente em campanha eleitoral. Ninguém vai estar para discutir isto, os Ministros vão estar em inaugurações, os que não estão em inaugurações estão a fazer outra coisa qualquer, mas ninguém vai estar a discutir seriamente isto. E depois, não temos a capacidade que têm os Presidentes de Câmara das grandes Câmaras, porque reparem: o meu colega de Lisboa, é fácil dizer assim: os passes sociais vão ser todos gratuitos, ou não vão ser. Quem está a pagar isso somos nós, meus amigos, porque é do Orçamento de Estado que sai o financiamento para as empresas de transporte de Lisboa e do Porto. E eu também deixo aqui uma crítica: alegremente, o Presidente da Associação Nacional de Municípios não veio dizer nada quando desde 2008 não recebe um cêntimo para a SMTUC, que é a empresa de transportes de Coimbra, e não diz nada, parece que passa tudo ao lado. Fica muito bonito dizer-se isto, que os passes sociais são de borla, que os de mais de sessenta e cinco não pagam na Carris, que os de menos de catorze também não, que é gratuito até aos três anos.



Está bem, mas o investimento sai do Orçamento de Estado, sai também de nós. E o que é que nos dizem a nós? Zero. Os manuais escolares é outra situação, exatamente. -----  
Portanto, vamos ver se nos entendemos aqui: o que eu queria referir aqui é que sou frontalmente contra esta Lei que estava em cima da mesa. 15 de setembro era impossível, era um tiro no escuro. O que temos agora é de analisar proposta a proposta, sectorialmente. Haverá algumas que são vantajosas? Estou em crer que sim. Haverá outras que não são. Mas, é demasiado importante isto para o Sr. Presidente de Câmara ou os vereadores decidirem; tem que ser o Presidente da Câmara, os vereadores, os membros da Assembleia Municipal e a comunidade civil. Isto é importante, porque há operadores que até podem estar interessados na operacionalidade das águas interiores, aqui no Douro, poderá haver, e têm que nos dar algum conforto que querem aquilo, para nós também dizermos que aceitamos porque até temos interesse. Agora, isto é uma trapalhada monumental, porque há algumas decisões aqui que até vão contra instrumentos essenciais. Por exemplo, estamos agora na revisão dos PDM's para a terceira geração. Moncorvo já tem PDM de segunda geração, que foi revisto, e ainda não passam cinco anos e já tem de ser revisto outra vez, para entrar em vigor o de terceira geração. E com isto, dizer-vos que no norte só há um que ainda é de primeira geração, que é o de Freixo de Espada à Cinta, que é de 1995. Algumas das competências que temos que colocar no novo instrumento de regulação vão contra as propostas que estão aqui de descentralização. Ou seja, temos uma série de organismos que têm que estar lá para depois serem esvaziados – acontece como o Sr. Presidente disse, está ali o órgão de administração, mas não faz nada. E portanto, temos que estar com atenção a estas situação. Eu penso que é unânime, tirando sobre a regionalização, mas é unânime porventura a descentralização, que todos queremos mais poderes, mas que sejam poderes efetivos, não é passar a bola para o lado e depois andarmos aqui sem podermos fazer nada, e a culpa já é de um terceiro. -----  
E é por isso que eu vos digo: eu proponha que tomássemos conhecimento desta situação, com as declarações de voto que se quisessem propor, e relegar para um conhecimento verdadeiro dos diplomas setoriais a nossa tomada de posição e o envio de uma posição do órgão deliberativo para a Direção Geral das Autarquias Locais. Penso que esta será a melhor forma de conscienciosamente todos tomarmos uma posição, se concordarem. E nós comprometemo-nos a enviar os diplomas mal saiam. Não vamos estar à espera do último, porque senão alguns podem já estar, porque a trapalhada ainda é maior quando consensualizaram a entrada em vigor, e ainda não os temos. Se concordarem com esta posição, tomaríamos conhecimento, então, com as declarações de voto que quisessem, ou até uma de consenso, e traríamos novamente com os diplomas setoriais. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda, Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Era só dois minutos para convocar uma reunião de líderes para discutir esta proposta do Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Esse documento comum iria no sentido de que tomámos conhecimento da Lei, e que se aguardaria pela publicação dos diplomas setoriais. Como sabem, o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios disse que talvez a partir do dia 15 de outubro houvesse esses diplomas; não sei se será mesmo assim, ou não. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu posso dizer que o problema é que o Conselho de Ministros Extraordinário que está para debater isso é a 25 de outubro, o que quer dizer que não estou a ver forma, nem as datas consensualizaram ainda na Associação Nacional de Municípios, nem em Conselho de Ministros. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, vamos votar esta proposta. Quem concorda com a proposta que está em cima da mesa, que é tomar conhecimento. Portanto, aguardaremos, então, que venham os diplomas setoriais, que serão entregues a todos os membros, e se for necessário, faremos uma Assembleia Municipal Extraordinária. -----

Há aqui uma declaração de voto do Sr. António Júlio. Faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Não era uma declaração de voto, era uma proposta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, quer fazer alguma declaração de voto agora? Abdica? Então, passamos ao ponto seguinte. Como vos disse, logo que haja os documentos setoriais, se for necessário, far-se-á uma reunião da Assembleia Municipal de novembro ou dezembro, ou/e se for necessário, marcaremos uma Assembleia Extraordinária para discutir este assunto.-

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 1 voto contra *(do deputado António Júlio Andrade)* **“tomar conhecimento da Lei e aguardar a publicação dos diplomas setoriais, de acordo com o previsto no artigo 44.º da citada Lei”**. -----

-----*O Deputado António Eduardo Teixeira Carvalho estava ausente da reunião na votação deste assunto.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

### **PONTO 3 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão** (PS), **José Aires** (PS) e **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Na repartição de encargos, o que temos aqui é que no mapa que temos de investimento, haverá alguns, como é óbvio, que estariam previstos para 2018, e que não conseguimos efetivar a cem por cento (100%). Alguns são os normais: os transportes escolares passam de um ano para o outro, a alimentação para as cantinas passa de um ano para o outro. Os restantes são todos os que estão elencados no mapa de investimentos, e que não serão terminados em 2018 – a escola, por exemplo, só em 2021, 2022 – e apesar de estar no PPI essa repartição de encargos, decidimos trazer aqui à Assembleia para nos dar essa autorização de despesa para anos subsequentes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Pavão, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, aqui relativamente à repartição dos encargos, que vai um pouco em linha com o mapa de investimentos, perguntar – e depois também se pode guiar pelo mapa de investimentos, porque acho que não respondeu à pergunta sobre qual é que seria a fatia do Município no valor dos projetos, ou seja, a parte da contrapartida nacional – e perguntar também se o Município concorreu para aquela linha complementar que o Governo abriu, de duzentos e cinquenta milhões de euros (250.000.000€) para ajudar na contrapartida nacional. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a este ponto, também pretendia aqui um esclarecimento por parte do Sr. Presidente. Há pouco indicou, e penso que neste caso no fecho do subsistema da Adeganha, já está adjudicada essa obra. Relativamente às outras sete empreitadas que aqui constam, se já estão todas adjudicadas, e se já existe alguma data prevista para o início dos trabalhos. -----

M.  
Pedro  
A



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Aqui na repartição de encargos e projetos, notamos um reforço do protocolo com o Dragon Force, que passou de dezoito (18.000€) para vinte e três mil (23.000€) ??? futebol jovem, poderia estar em risco de terminar no concelho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, se faz favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Respondendo à pergunta do Sr. João Pavão, isto será basicamente quinze por cento (15%) de oito milhões de euros (8.000.000€). Mas, eu vou dar-vos outros números, que será o investimento financiado e contratualizado, que são cinco milhões, trezentos e setenta e um mil (5.371.000€), e o aprovado, seis milhões, setecentos e setenta e seis (6.776.000€), e portanto, andaremos aqui à volta dos dois milhões de euros (2.000.000€), grosso modo. -----

Como sabem, nós trouxemos aqui à Assembleia Municipal, na linha que foi criada pelo Governo, não contaria para o limite legal de endividamento, trouxemos um empréstimo no valor de cerca de setecentos e cinquenta mil euros (750.000€), que foi ganho, na altura, pela Caixa Crédito Agrícola Mútuo, e está no Tribunal de Contas. O que quer dizer que se já estão concluídas grande parte das obras, o Tribunal de Contas pede sempre para ser retirado o montante das obras já concluídas. Neste momento, o que temos é, nos quinze por cento (15%), cerca de setecentos e cinquenta mil euros (750.000€). -----

Na pergunta que me fez, o que eu lhe disse foi que a ETAR da Adeganha estava adjudicada, a da Cabeça Boa estava adjudicada, a de Cabeça de Mouro estava adjudicada, e as das Cabanas de Baixo e Foz do Sabor estão em concurso internacional, e a ETAR da Lousa está em concurso também. Todas as outras estão concluídas. Estamos a falar no âmbito do POSEUR só, são essas. Não são sete, são mais quatro, duas adjudicadas e duas em concurso, que estará prevista a finalização até ao final do primeiro trimestre de 2019, à exceção de Cabanas de Baixo e Foz do Sabor, na Lousa, em que não está dependente de nós, porque ??? -----

Não sei se houve aqui mais alguma questão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda: ninguém mais quer intervir? Então, vamos votar. -

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do

M.  
Pedro  
dy

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 2 abstenções (dos deputados António Júlio Andrade (PS) e José Manuel Rodrigues Aires (PS)) autorizar a “Repartição de Encargos do Ano de 2018/2019 e assunção dos encargos que dão lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico constantes da referida relação”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**PONTO 4 — IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - TAXA A APLICAR EM 2019;** -----

**PONTO 5 — TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM - PERCENTUAL A APLICAR EM 2019;** -----

**PONTO 6 — DERRAMA - TAXA A APLICAR EM 2019.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados João Pavão (PS) e Luís João Dias (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Para uma maior razoabilidade, até pela hora que já é, Sr. Presidente, se me permitir, os Pontos n.º 4, 5 e 6, é para dizer que nós mantivemos integralmente o que foi no ano passado, e que veio aqui à Assembleia Municipal. Não aumentámos nada, também não diminuámos, mantivemos integralmente o que já vem de há uns anos atrás, à exceção da Derrama, que foi criada com este Executivo, e portanto, essa não vem tão de trás. Mas, manteve-se a proposta do ano passado, e que foi aprovada, se bem se recordam, mesmo no caso da Derrama, por unanimidade no Executivo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Ponto n.º 4, quem pretende intervir? Os três pontos juntos, está-me aqui a fazer a proposta o Sr. Líder do Grupo Parlamentar, discussão dos três pontos em conjunto. Concordam? Então, relativamente aos três pontos, Taxa Municipal sobre Imóveis, Taxa Municipal dos Direitos de Passagem e Derrama. -----  
Portanto, primeira ronda, faça favor, Sr. Deputado. -----

M.  
Pavão  
Dy



-----**O Deputado João Pavão:** Sr. Presidente, na candidatura da modernização administrativa, depois também substitua os microfones para o sistema de gravação funcionar melhor. -----

Relativamente ao IMI, é uma proposta que vou levar sempre, e vai levar quem quiser sempre até ao fim do mandato, no IMI, e vinha no programa da coligação já em 2013, de isentar os jovens casais que se fixarem no Município, e aliar a isso – obviamente que esta atração de jovens, e aqui fugindo um pouco, não pode ser só com a isenção de IMI, não é só a isenção do IMI que nos faz mudar de um concelho para o outro, mas aliar a isso também políticas de pró-natalidade. E poderemos ver aí, se calhar, uma oportunidade com a descentralização, e vemos o exemplo do Município de Vila Flor, ou o Município de Freixo de Espada à Cinta, que dão apoio a jovens que tenham os filhos nessa localidade, e aliar isto, obviamente, a esta isenção do IMI para jovens casais. E também o CDS propôs no debate quinzenal esta semana na Assembleia da República, a Assunção Cristas, que propõe a redução do IMI para os casais que tenham mais de três filhos, com uma percentagem gradual. -----

Entrando já no ponto da Derrama, sabemos que a Derrama é igual ao ano que está a decorrer, foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara porque foi inserida a proposta dos vereadores do Partido Socialista ao nível da isenção para restaurantes e hotelaria, mas o que eu quero perguntar ao Sr. Presidente é qual é que foi o critério para atribuir estes CAE's, por que é que continuam estes CAE's, não sei se aquela empresa que falou há pouco, que faturou cerca de cinquenta milhões (50.000.000€) – ou o grupo faturou – se está incluída neste grupo de CAE's. Perguntar por que é que não podemos alargar também o grupo de CAE's, por exemplo, a supermercados, por que é que nos cingimos a estes CAE's, se houve algum estudo planeado, se sabemos quais são as empresas que estão isentas nestes CAE's, e por que é que não se alarga esse mesmo alargamento dos CAE's. -----

E depois, isso também o próprio Presidente defendeu numa reunião, salvo erro, em 20 de março de 2014 com o Sr. Pedro Lomba, que era na altura Secretário de Estado e Ministro Adjunto do Governo do PSD, os benefícios fiscais para as empresas no interior. Ou seja, também o exemplo tem que vir da Câmara Municipal, a dar isenções para os empresários, e como falamos sempre de investimento, para os empresários locais. -----

E depois, também, Sr. Presidente, ao nível dos benefícios fiscais, e nesta reunião de 20 de março de 2014, acho que você até começou aqui, a dada altura, a falar dos Municípios de alta densidade, podemos agora também dizer que temos aqui alta intensidade de taxas, ao nível da Derrama para os empresários. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Concluiu, Sr. Deputado? Sr. Deputado Luís Dias, se faz favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Subscrovo a parte em relação ao IMI da anterior declaração, é um caso a pensar. -----

Em relação à Derrama, é a terceira vez que vem aqui, eu sempre votei contra a Derrama. Há isenções, isenções por CAE, que no fundo, estes CAE's refletem uma parte da atividade económica do concelho, há isenção social, são as partes boas desta proposta. A minha questão ao Sr. Presidente é se tem o valor de quanto é que foi coletado de Derrama nestes últimos anos, e quanto é que, deste valor, é de transportes e comércio de eletricidade. E também outra pergunta: do que lhe conheço ao Sr. Presidente não tem paixão nenhuma pela Derrama, pergunto-lhe qual é a sua expectativa quando ao fim deste imposto. A Derrama não é amiga das empresas e as empresas é que dão emprego. Entendo que o Município tenha de coletar para pagar as dívidas contraídas no passado, mas gostávamos de ver a luz ao fundo do túnel e ver quando é que este imposto acaba. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, para responder às questões colocadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Srs. Deputados, um Primeiro Ministro que saiu há pouco tempo do Governo, apesar de ter ganho as eleições, disse na altura uma coisa que era: "Eu não consigo sorrir a aumentar impostos." Há quem consiga, há quem consiga sorrir com as cativações, e sorriem alegremente. E o que eu vos pergunto é: num concelho onde, em 2011, assina um plano de saneamento financeiro, em que se obrigam – está lá escrito – a receitas correntes adicionais com cobranças diversas de taxas e impostos, que estava previsto com os mesmos CAE's, mas que nunca tiveram coragem de o pôr em vigor, apesar do que o Tribunal de Contas veio dizer – se eu tivesse dinheiro, oferecia a cada casal um milhão de euros (1.000.000€), e a cada casal jovem, se fossem três filhos, um milhão (1.000.000€) para cada um. Isso é que era proatividade na natalidade. Freixo está a crescer exponencialmente, com as taxas de natalidade, está a crescer, eu não sei onde é que vão meter tanta gente. Vila Flor já se alarga à Horta da Vilariça; Vimioso então, que dá mil e quinhentos (1.500€), Bragança já está a olhar para Vila Flor, já não sabe se vai ser uma freguesia de Vimioso, Bragança. Portanto, tudo isso é muito bonito para aparecer, como é muito bonito dizer que a Câmara Municipal vem fazer de conta que já não tem planeamento financeiro. Vai aparecer aí uma notícia sobre planeamento. Nós não fizemos, mas houve inteligentes que o fizeram, e aí disseram uma coisa, e o que eu vos peço é só que sejam congruentes com aquilo que dizem e que pensam. Disseram uma coisa tão simples quanto esta: "Atenção, está suspenso, não acabou o saneamento financeiro; está suspenso. As obrigações continuam as mesmas, tem

Handwritten signature in blue ink.



que pagar.” Então, isso nós já não sabemos? Nós estamos a tentar cumprir ao máximo rigor para conseguirmos ir a financiamentos, para não estarmos naqueles Municípios que não têm hipótese sequer de se candidatar. Temos uma obrigação que foi negociada pelo Tribunal de Contas e com a DGAL, em 2011, e que nunca tínhamos aplicado. Mas, se virem bem, e respondendo aqui a algumas questões, nós estamos a falar de cerca de duzentos mil euros (200.000€) num ano, e cem mil (100.000€) noutra, estaremos a falar de oitenta mil (80.000€) no ano que passou, ou noventa mil (90.000€), mas o mais importante não é isso; o mais importante é que os Municípios que têm Derrama estão numa guerra – apoiados pelo Governo, quero dizer-vos isto – numa guerra com os centros eletroprodutores e com os bancos para poder ser paga a Derrama aqui. Estamos a falar de qualquer coisa, para o Município de Moncorvo, como cerca de oitocentos mil euros (800.000€) anuais, se conseguirmos que os centros eletroprodutores paguem a Derrama, não na sede, mas onde, efetivamente, têm os centros eletroprodutores. Portanto, nós temos que manter isto. Agora, não podemos fazer só pela exceção, estão todos isentos menos estes. Isso não podemos. Temos que criar aqui um critério. E quando o Sr. Deputado diz que aquela empresa dos cinquenta milhões (50.000.000€), que espera que não esteja aqui, Sr. Deputado, isso é um desconhecimento da Derrama, sabe por quê? Basta que crie três postos de trabalho; se tem vinte, está isenta, se o pedir, porque tem que o pedir na Autoridade Tributária. Se não pedirem, eu não lhe vou dar. Tem que o pedir, mas está lá previsto. -----

E também estão a esquecer-se de algumas coisas que vocês aprovaram, alguns dos que estão aqui. Então, vocês não aprovaram as medidas do PARU, onde se diz que a reabilitação e o arrendamento para casais jovens têm lá essas isenções todas, algumas até trinta por cento (30%), outras a mais de trinta por cento (30%)? Não têm isso presente? Nós não temos que andar a duplicar isenções, temos é que utilizar os documentos e o que nós já temos para informar essas pessoas. E é aí que têm isenção de IMI, e têm uma série de coisas. Têm é que utilizar os instrumentos que nós aprovamos para poder estar dentro daquilo que nós damos em termos de benesse. O que é que nós não podemos fazer – isto na minha perspetiva? E o Sr. Deputado Luís João disse que eu não tinha aqui nenhuma predileção pela Derrama, e não tenho. Se amanhã o Governo e os tribunais decidirem: “Meus amigos, acabou ??? os eletroprodutores continuam a pagar em Lisboa, e os bancos também”, a Derrama não aquece nem arrefece. Mas, temos que arranjar alguma coisa para pormos aqui nisto que nós assinámos em 2011 para termos os nove milhões e quatrocentos mil euros (9.400.000€) de empréstimo. Temos que ter aqui alguma coisa, não podemos fazer bolos sem ter ovos. E já o esforço que é nestes montantes financiados, os que estão concluídos estão financeiramente e fisicamente executados. Ou seja, não é só estarem fisicamente; estão pagos. E isto custa. E vocês dizem: “Mas, também não é com duzentos mil (200.000€) que os paga”, também é



verdade, mas a DGAL também não nos perguntou: “O que é que vocês fizeram aqui para o compromisso estar assumido?” Está assumido e está feito. Portanto, eu não tenho nenhuma predileção. -----

Nos outros, mantivemos sempre o que já vem sendo de há muitos anos, porque deixem-me lembrar-vos de uma coisa – e aqui também estamos a incumprir: em 2011, o que estava assinado era que a majoração da taxa de IMI tinha que ser numa política urbanística para incentivar o aumento da oferta. E o que é que nós fizemos? Nada, mantivemos a meio. Nem pusemos no máximo, nem pusemos no mínimo; pusemos no meio. E até agora tem resultado. E isto não foi do meu Executivo, foi do anterior, que fez esta política muito bem. O que é que nós fizemos? Se vocês virem, aumentámos sempre para os devolutos e para os que estão em ruínas. Agora, atividades em que possamos de alguma forma ter um apoio à natalidade? Estou de acordo, completamente de acordo. Não pode ser por aquele cheque, que aquilo não dá nada. Eu tenho casos concretos de alguns que foram para Freixo de Espada à Cinta, e agora já têm residência noutra lado, e todos conhecemos. -----

Entre outra situação, quando falam da política de natalidade e da apresentação da proposta do CDS: eu, por acaso, estive atento ao início, mas não vi depois o resultado da votação. Acho que o PS, o PCP e o Bloco de Esquerda votaram contra, não passou. Portanto, vir aqui dizer que o CDS até apresentou, mas depois votam contra, aí está uma medida que podia vir de alto para baixo, e estava mais ou menos pacífica. -----

O que eu vos quero dizer, para terminar, é que nós não conseguimos fazer uma subdivisão por CAE's de quanto é que um paga, e outro não, porque as Finanças não nos dão isso. As Finanças, o que nos dão é um valor global que é pago de Derrama, acabou. Não tem subdivisão. Pelo menos, até agora foi a informação que me foi dada pelos serviços, e portanto, eu aceito-a como válida. Posso dar-vos também aqui ao lado, Miranda do Douro, por exemplo, não tem exceções, toda a gente paga. A receita cobrada foram cerca de setecentos e cinquenta mil euros (750.000€). Portanto, se nos posicionarmos mais ou menos uns ao lado dos outros, seria isso que estávamos a receber. Mas, o mais importante, e independentemente do voto de cada um, é que ninguém que esteja no Executivo gosta de cobrar para ter receitas; preferia muito mais dar do que cobrar. Mas, quem está aqui, das duas, uma: ou aceita que tem que ser responsável com créditos e débitos, e com o que quer para o Município, ou então deixa andar até um dia alguém tomar conta disto. Esse não é o meu espírito; enquanto eu estiver aqui, hei de sempre estudar, se não for esta, outra alternativa, para conseguir cumprir. E as receitas já são tão parcas no nosso concelho que se eu aplicasse aqui uma taxa à agricultura, se calhar sessenta por cento (60%) era taxado. Vale a pena para os agricultores? Faziam-me sempre uma pergunta – agora já não fazem, mas uma das perguntas que me faziam, que até parecia que era para me atacar pessoalmente, era por que é que estava aqui o CAE dos

M.  
Fechado  
Chy



saibros – alguns nem são desse tempo – e mantivemos. E a questão que já vinha do anterior Executivo era esta situação, era porque dava emprego a bastante gente, e era preciso mantê-la. O mesmo se passava com as madeiras e com a transformação. Mas, essa pergunta agora foi sendo esbatida, porque pior do que não saber fazer uma votação por acreditar nela, é fazer uma votação, em termos políticos, que não tem substrato algum para a realidade do concelho. E portanto, não vale a pena tentarem atacar-me com os CAE's que aqui estão, mas vou defendê-la como se esta escolha tivesse sido minha, porque entendo que desta forma estamos a cumprir com aquilo a que em 2011 nos obrigámos. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda, quem pretende inscrever-se sobre estes três pontos? Penso que não há inscrições. Então, vamos passar à votação (em separado, como é lógico). Votação do Ponto n.º 4, Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2019. ----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade) **aprovar a “proposta da taxa a aplicar de Imposto Municipal de Imóveis em 2019 e respetivas reduções e isenções que a seguir se transcrevem.”**-----

*Considerando que:*

1. *De acordo com a alínea a) do art.º 14 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e o art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo D-L n.º 287/2003, de 12 de novembro, e respetivas alterações, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos Municípios onde os mesmos se encontram situados.*-----
2. *Nos termos da alínea c) do n.º 1 do e do n.º 5 do art.º 112.º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte entre os limiares de 0,3% a 0,45%.*-----
3. *O n.º 7 ao art.º 112.º do CIMI fixa que os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesia ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados.*-----

4. Nos termos do disposto no n.º 8 do art.º 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais – de acordo com o n.º 2 do art.º 89.º do D-L n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual ou conforme o disposto no art.º 307/2009, de 23 de outubro – os que tenham sido objeto intimação para execução de obras de conservação e ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade e ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou á melhoria do arranjo estético. -----
5. De acordo com o n.º 12 do art.º 112 do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios classificados, de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----
6. Ao abrigo do n.º 3 do art.º 112.º do CIMI, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, é elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, como tal definidos no D-L n.º 159/2006, de 8 de agosto, e ainda nos casos de prédios classificados como em ruína pelo Município de Torre de Moncorvo, conforme o n.º 3 do art.º 89 do D-L n.º 55/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e/ou conforme o disposto no art.º 57.º do D-L n.º 307/2009, de 23 de outubro na sua redação atual. -----
7. O n.º 1 do art.º 112-A do CIMI prevê que, por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser fixada uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos previstos no art.º 13.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) compõem o agregado familiar do proprietário, a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita o imposto, de 20 euros, de 40 euros e de 70 euros para, respetivamente, 1, 2 ou 3 ou mais dependentes a cargo; -
8. Nos termos do estatuído no n.º 2 do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e n.ºs. 1 e 2 do art.º 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo D-L n.º 215/89, de 01 de julho, na sua redação atual, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução até 15% da taxa do imposto a

lh.  
Pedro  
Ay



vigorar no ano a que respeita, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética; -----

9. Nos termos do n.º 20 do art.º 71 do Estatuto dos Benefícios Fiscais, incentivos à reabilitação urbana, cabe aos Municípios a definição do âmbito e alcance das isenções de IMI e IMT aí previstas; -----

Considerando ainda que: -----

10. Nos termos dos n.ºs 14 e 16 do CIMI, as deliberações da Assembleia Municipal referidas nos mesmos devem ser comunicadas à Autoridade Tributária (AT) até 31 de dezembro, para vigorar no ano seguinte. -----
11. Para efeitos da aplicação da taxa do IMI, e em cumprimento do n.º 3, n.º 15 e n.º 16 do art.º 112.º nos n.ºs 2 e 3 desta deliberação para que se torne possível a liquidação do imposto em tempo oportuno, com adequada comunicação à Autoridade Tributária. -----

Proponho à Câmara Municipal que delibere:-----

Aprovar e submete à aprovação da Assembleia Municipal de acordo com a alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e a alínea d) do n.º 1 da art.º 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para vigorar no ano de 2017, com efeitos na liquidação em 2018. -----

1. A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,40% para os prédios urbanos, conforme alínea c) do n.º 1 e nos termos do n.º 5 do art.º 112.º do CIMI, na sua redação atual; -----
2. Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 7 a 8 e 12 doo art.º 112.º do diploma citado no número anterior: -----
  - a) A redução de 20% da taxa de IMI aplicável para prédios arrendados para habitação, com o reconhecimento da redução de forma automática, após verificação dos respetivos requisitos pelos serviços competentes para o efeito; -----
  - b) A majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ou melhoria do arranjo estético, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 89.º do RJUE, aprovado pelo D-L n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual. Ou conforme o disposto no art.º 55.º D-L n.º 307/2009, de 23 de outubro, enquanto não forem concluídas as obras intimadas por motivos alheios ao Município; -----

- c) A redução de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do art.º 44.º do Estatuto dos Benéficos Fiscais. -----
3. A elevação para o triplo da taxa de IMI aplicável para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e para prédios classificados como em ruínas pelo Município nos termos do n.º 3 do art.º 112.º do Código do Imposto Município Sobre Imóveis. -----
4. A redução da taxa de IMI no caso de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidindo com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos do art.º 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita o imposto, em: -----
- a) 20 euros para 1 dependente a cargo; -----
- b) 40 euros para 2 dependentes a cargo; -----
- c) 70 euros para 3 dependentes a cargo. -----
5. A redução, ao abrigo do disposto nos n.ºs. 1 e 2 do art.º 44.º-B do estatuto dos Benefícios Fiscais, de 10% da taxa de IMI aplicável, por cinco anos, aos prédios urbanos com eficiência energética, entendendo-se que esta se verifica quando: -----
- a) Tenha sido atribuída ao prédio uma classe energética igual ou superior a A nos termos do disposto no D-L n.º 118/2013, de 20 de agosto na sua redação atual; -----
- b) Em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio é superior em pelo menos duas classes, à classe energética anteriormente certificada.
6. Nos termos e para os efeitos do n.º 20 do art.º 71.º - Incentivos à Reabilitação Urbana do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF): -----
- a) Isentar de IMI os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação nos termos da respetiva estratégia de reabilitação do Município, por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, conforme dispõe o n.º 7 do art.º 71.º do EBF. -----
- b) Isentar do Imposto Municipal sobre Transações as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando

h.  
Pedro  
Chy



localizado na “área de reabilitação urbana”, conforme dispõe o n.º 8 do art.º 71.º EBF. -----

A existência de dívidas o Município de Torre de Moncorvo, sem processo de reclamação ou outro legalmente admissível e garantia prestada, determina a não atribuição dos benefícios fiscais, quanto aos pedidos instruídos junto dos serviços municipais, sendo de diligenciar para aplicação desta previsão também aos benéficos fiscais que são tratados diretamente pela Autoridade Tributária (AT). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Agora, passamos ao Ponto n.º 5, que é a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem – Percentual a aplicar em 2019. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar o “percentual a aplicar relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,20% para vigora em 2019”**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao Ponto n.º 6, Derrama – Taxa a aplicar em 2019. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da disposição da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria, com 20 votos a favor, 2 votos contra** (dos deputados João Miguel Pinto Pavão (PS) e José Manuel Rodrigues Aires (PS)) **e 2 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade (PS) e Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS-PP)) **aprovar a “Taxa a aplicar para 2019 que a seguir se transcreve”**:-----

----- *Considerando que:*-----  
*Nos termos alínea c) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, constitui receita dos Municípios o produto de derramas lançadas nos termos do art.º 18 do mesmo diploma legal.---*  
*De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.---*

A comunicação da deliberação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) terá de ser efetuada até ao dia 31 de dezembro, sob pena de não haver lugar à liquidação e cobrança da derrama, conforme o n.º 6 art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

Proponho à Câmara Municipal que delibere:-----

Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da alínea c) do art.º 14.º, do número 2 do art.º 16.º e do 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro o seguinte:-----

1. O lançamento, em, 2019 de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.-----
2. A isenção da Derrama em 2019: -----
  - a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapassem os 150 000€; -----
  - b) Para os sujeitos passivos com um volume de negócios superiores a 150 000€, dos seguintes setores de atividades com as CAE'S : -----
    - 1- 011 – Cultura Temporária; -----
    - 2- 012 – Cultura Permanente; -----
    - 3- 014 - Produção Animal; -----
    - 4- 0812– Extração de saibro, areia e pedra britada, extração de argilas e caulino; -----
    - 5- 1041 – Produção de óleos e gorduras; -----
    - 6- 1071 - Panificação e Pastelaria; -----
    - 7- 1102- Indústria de Vinho; -----
    - 8- 3101 – Fabricação de mobiliário para escritório e comércio; -----
    - 9- 3102 – Fabricação de mobiliário de cozinha; -----
    - 10- 3109 – Fabricação de mobiliário para outros fins; -----
    - 11- 55 – Alojamento; -----
    - 12- 56 – Restauração e similares. -----
3. A isenção da Derrama, por um período de 3 anos, para as empresas que instalem a sua sede social no concelho de Torre de Moncorvo nos anos 2017, 2018 ou 2019 e que tenham criado ou criem, e mantenham no período da isenção, no mínimo, 3 postos de trabalho. -----
4. A isenção referida no número 3 não abrange os seguintes setores de atividade com as CAE'S: -----
  - 351- Produção, transporte, distribuição e comércio de eletricidade; -----

M.  
Pedro



641- *Intermediação monetária (Bancos).* -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

**PONTO 7 — RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO REFERENTE AO 1.º SEMESTRE DE 2018.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **João Pavão (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu, na altura, quando propus a suspensão do saneamento financeiro – o que nos possibilitou, aliás, conseguirmos acompanhar, como outros Municípios que não estão nesta situação, os investimentos financiados a nível europeu – eu mantive aqui que traria sempre o relatório de acompanhamento da execução do empréstimo de saneamento financeiro. E é isso que eu estou a trazer. Agora, eu tenho alguma dificuldade – eu digo isto aos Srs. Vereadores porque eu tenho algumas dúvidas, eu próprio tenho algumas dúvidas da necessidade de aprovação, ou não aprovação, e da necessidade da minha defesa, porque não sou eu que o faço, é o Sr. Revisor Oficial de Contas que plasma aqui aquilo que vê. Os serviços dizem-me que é preciso ser votado, e eles próprios já me disseram que era preciso ser votado. Portanto, o que eu vos trago aqui é o que está escrito, porque não tivemos intervenção, e é o texto dos Srs. Revisores Oficiais de Contas, é o que vos apresento, e que espero que tenham tido oportunidade de ler. -

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, entrar na discussão deste ponto. Deputado José Aires, faça favor, tem a palavra. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a este ponto, questionar apenas – é uma questão que eu já venho a fazer há algum tempo – que no relatório do Revisor Oficial de Contas, logo no Ponto 2, é aqui referido que continua por instaurar a contabilidade analítica. No entanto, refere que ela já está em execução, pelo menos já está em execução há doze meses, no mínimo, que foi quando veio cá



14.  
Pedro  
Ay

o documento pela última vez. E para saber se existe algum prazo de previsão para a conclusão da implementação da contabilidade analítica. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Pavão, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Relativamente ao relatório de acompanhamento financeiro, só perguntar – e já vem de mandatos anteriores, infelizmente – o que é que falta para alterar as políticas de gestão de stocks e contabilização de existências, porque vemos que este argumento, isto vem sempre nos relatórios o que é que falta aqui para alterar, acho que é importante que a autarquia tenha isto em condições para efeitos de cálculo, e para saber a contabilização de existências. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, para responder. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, o que estamos aqui a falar basicamente é da contabilidade analítica. Esse papão não tem nada de papão, que é sabermos, efetivamente, o que é que vai para uma obra, o que é que não vai, o que é que saiu e o que é que não saiu. Basicamente é a imputação que queremos fazer ao património da Câmara. -----  
Se repararem, este tem uma grande alteração, que eu pensei que me fossem perguntar disso: tem uma grande alteração, desde logo, que é no património, e que se reflete – para quem é técnico, isto é fácil; para quem não é, é um bocadinho mais complicado – no aumento que houve no fornecimento de serviços externos. Isto teve a ver com uma questão simples: é que o património está a funcionar. Tínhamos um problema no ano passado, mas o património está a funcionar. Como é que estamos agora a tentar resolver o problema da contabilidade analítica? Sem o património funcionar, não tínhamos hipóteses, não sabíamos as entradas, não sabíamos as saídas, muito era levado diretamente para a obra, não entrava em estaleiro, e isso acabou. E agora, estamos a fazer através de uma folha de obra. Só que, como sabem, no sistema POCAL não pode ser por folha de obra; tem que ser diretamente na aplicação. O que é que nós temos agora? Temos previsto o início do SNCAP, e que os serviços de contabilidade estão a trabalhar nesse programa já, para ver se no próximo Orçamento e no próximo ano já trabalhamos com o SNCAP, e deixamos o POCAL. Eu recordo que o ano passado trouxemos aqui – e a própria técnica explicou isso – que já estava a trabalhar no SNCAP porque era para entrar em vigor, e todo o nosso trabalho em termos de Orçamento foi realizado através do SNCAP. O que é que aconteceu a seguir? Não entrou em vigor. Não entrou em vigor, e tivemos que refazer tudo novamente com o POCAL. -----

M.  
Ribeiro  
Oy



A única questão que me perguntou, e bem, é quando é que isto está para terminar. Eu espero, a plataforma que está e que foi adquirida no âmbito destes investimentos financiados, que possam diretamente os encarregados fazer logo na plataforma, e não em folha de obra, porque é o que eles dizem depois, no final, que só se faz através da folha de obra e no final do ano, quando deve ser principalmente, mas o que nós queremos é que em cada obra seja feita logo através da plataforma pelo próprio encarregado. Ou seja, a seguir onde é que vem? Vem diretamente para o património, que está a funcionar já, para descarregar a situação. É isto que falta, basicamente é isto. Agora, um problema que eu acho que vamos ter, é o tempo para as formações, para os encarregados terem tempo para estar ali, porque vai ser um bocado administrativo, em vez de estarem a acompanhar as obras, vão ter que estar ali. Mas, nós esperamos que durante o próximo ano, seja através de testes, seja na implementação com a equipa que vem cá, que esteja definitivamente tratado e tudo inventariado. Essa é a nossa parte. -----

No património, o que se está a fazer já – e se forem ao estaleiro já veem que aquilo está diferente, já está uma parte fechada onde está inventariado desde as porcas, os parafusos, tudo por medidas, está uma secção para os serviços de águas, com tudo inventariado. Agora é só dizerem que saiu para a Horta da Vilariga, por exemplo, um tubo X, meterem na aplicação, e não como fazem na folha de obra. Basicamente é transportar para uma aplicação informática, é só o que nos falta tratar. Claro que depois teremos o problema do património, como aqui ocorreu, que houve um aumento de custos, não é por haver um aumento de custos patrimoniais; é porque se damos saída de um parafuso, de um tubo, de uma manilha, obviamente não tínhamos, ia para uma conta geral. Agora não, vem para esta conta 62, que é exclusivamente do património. É o que vamos fazer na contabilidade analítica, que é a última parte, é só o que nos falta. É só isso, mais nada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda, inscrições? Penso que não há inscrições. Então, vamos passar à votação do Relatório semestral de acompanhamento da execução do empréstimo de saneamento financeiro. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, desculpe, mas há duas votações aqui, uma que é do relatório semestral de acompanhamento da execução – este eu obriguei-me, apesar de estar suspenso, a trazê-lo – e depois há o relatório de acompanhamento. Um é o relatório semestral de acompanhamento da execução do plano de saneamento financeiro, outro é o relatório de acompanhamento das contas, também feito pelo ROC. Estão os dois aí.--

-----**O Presidente de Mesa:** Tem razão. Vamos votar, então, também o relatório de acompanhamento. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deliberou **por maioria, com 20 votos a favor e 4 abstenções** (dos deputados João Miguel Pinto Pavão, José Manuel Rodrigues Aires, António Júlio Andrade e Fausto Edmundo Tiago (PS)), **apreciar e aprovar o “Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Empréstimo de Saneamento Financeiro e Relatório de Acompanhamento referente ao 1.º Semestre de 2018”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**PONTO 8 — ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA - MOÇÃO: INCLUSÃO NO PLANO NACIONAL DE POLITICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) DA CONETIVIDADE INTERNA E EXTERNA DE BRAGANÇA.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Agora sim, passamos, então, à moção da Assembleia Municipal de Bragança sobre a Inclusão no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território. ----- Isto aqui, é o que a Assembleia Municipal de Bragança nos pede, ou nos comunica? Diz assim: “A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 28 de junho...” Não vale a pena estar a ler, aqui a grande questão que Bragança levanta é a ligação de Bragança a Puebla de Sanábria, e a transformação, ou o aumento do aeródromo municipal de Bragança em aeroporto regional. -----

O Sr. Deputado José Aires quer falar, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Relativamente à moção em si, efetivamente, enviada pela Assembleia Municipal de Bragança, referir que compreendo o teor da mesma e, efetivamente, a sua legítima aspiração. O que eu não acho bem, e acho até vergonhoso, é que, realmente, na deliberação os responsáveis

políticos do nosso concelho, na pessoa do Sr. Presidente, desconheçam que o IP2 não se encontra concluído desde o Pocinho até à Junqueira, e não apenas da Ponte do Sabor até à Junqueira. O nosso concelho começa, neste caso, na Barragem do Pocinho, é desde aí que não está concluído, até à Junqueira. E era esse ponto que queria salientar. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Deputado Luís João, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Entendo os interesses do Município de Bragança, mas a nós pouco nos afeta, ou nada. A nós, falta-nos uma ligação forte a Espanha, mas via Salamanca e não Zamora, não é uma moção que nos afete especificamente. Apenas por solidariedade regional é que poderemos votar a favor desta moção, do meu ponto de vista. ----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, eu agradeço só porque foi falado o meu nome. Sr. Deputado, então o senhor não esteve naquela inauguração magnífica, desde o coroamento da Barragem do Pocinho até à Junqueira, com uma grande festarola que fizeram? Não esteve lá? E depois até vieram com o António Barreto, a dizer que tinham resolvido a situação da cheia dos mil anos, que era a cheia milenar. Não se recorda disso? É que era bom que se recordasse, porque temos que expor as coisas de alguma forma. O que o senhor podia dizer é que há um problema de travessia no Pocinho e na ligação a Torre de Moncorvo, mas a qual, nos três projetos que tínhamos, ia coroar na Ponte do Sabor, porque aquela não é, efetivamente, a entrada e a saída que nós queremos no IP2. Mas aquilo, com grande pompa e circunstância, deram-no como o IP2, e até mais tarde fizeram uma plaquinha em vinil a dizer, quando fizeram a ligação, "Ligação do IP2 a Torre de Moncorvo". Não se recorda disso? Andamos aqui a brincar ou a fazer de conta que não sabemos das coisas? Eu percebo que me queira atacar com alguma coisa, mas com alguma coisa que seja eficaz. -----

E depois, num ato de liberdade, na altura o Eng.º Sócrates até veio ver voar uma cegonha negra, e a manchete até foi que a comitiva do Primeiro Ministro ficou no IP2, que já estava concretizado. Mas, mais: nas vossas campanhas diziam "único concelho do interior com o IP2 feito, Torre de Moncorvo". Então? É que isto é bom não nos esquecermos. Agora, se quiserem pôr aqui alguma coisa, e os responsáveis, isto é do Executivo por unanimidade, e o Executivo teve a capacidade, os cinco vereadores, de dizerem: "Atenção, Bragança quer isto, mas não esquecer que nos falta isto a nós." E mais, o que se discute até é pior do que isto; eu nem estava para intervir, mas o que se discute, e com a qual eu concordo, se querem saber, e

ponho aqui sem problemas de Partidos, é que eu concordo com a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Eu pessoalmente, que quero a ligação, não como quer Bragança, que já tem a autoestrada, mas como quer Vinhais. Isso é que é desencravar o interior, não é fazer uma paralela a Bragança. E nós, na Câmara, não quisemos entrar os cinco nesta questão; fizemos foi só: "Atenção, não se esqueçam disto". Agora, o Sr. Deputado, parece que defende isto: os Chocalheiros são de Macedo, vamos pô-los em Bragança; o RedBurros é em Mogadouro, faz-se no mesmo fim de semana em Bragança; a castanha é a festa de Vinhais, não, faz-se em Bragança. Isto é o centralismo, isto é o centralismo de Bragança, contra o qual, felizmente, os órgãos autárquicos do Município de Torre de Moncorvo sempre lutaram, e façolhe essa vénia. Portanto, não me venha agora atacar com uma coisa, que depois é muito fácil fazer ricochete. As pessoas têm que vir preparadas para aquilo que dizem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Aqui, parece que a dúvida é saber se só temos que tomar conhecimento, ou se temos que nos pronunciar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, se me permite, a Assembleia Municipal pode dar um voto de apoio à moção, ou não, ou tomar só conhecimento, se quiser. --

-----**O Presidente de Mesa:** É isso mesmo. Eu acho que apesar destas questões que o Sr. Presidente da Câmara falou – e depois já dou a palavra para uma segunda ronda, se o pretenderem – eu acho que apesar de tudo – eu falo, mas também sou suspeito, eu concordo com muito do que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, eu costumo dizer em Bragança que há o interior do interior, e nós somos o interior do interior. Também não será original, outros dirão isso, mas independentemente disso, e de Bragança olhar muito para a Praça da Sé, eu tenho uma ligação afetiva a Bragança, onde vou com frequência, andei por lá muitos anos, isso é outro aspeto. Mas, acho que a reivindicação de Bragança não impede outras reivindicações. E aquela reivindicação que se falou, da ligação Macedo – Vinhais para a fronteira, não impede esta ligação. Vocês sabem que o caso desta situação do IP2 no Parque de Montesinho é uma situação aberrante, não se pode fazer nada porque está ali o parque. Aliás, a questão não é só do Parque de Montesinho, é também dos outros parques. E se falarem ali com o pessoal de Miranda e de Mogadouro, também se queixam. E acho que é uma obra importantíssima para Bragança e para o distrito, a ligação do IP2, tanto mais que vai haver o TGV ali ao lado um dia destes. -----

E o aeródromo, também estamos todos os dias a discutir, ou ouvimos discutir que o Aeroporto de Lisboa está saturado, mas ninguém se lembra – aliás, quase foi anedota, as pessoas riram-se, e tal, como se dissesse uma coisa do outro mundo, na altura o candidato à Câmara

h.  
Edo  
aj



Municipal de Coimbra disse que devia haver um aeroporto ali na zona centro. E eu pergunto: por que não? Por que é que se há de discutir em Lisboa a construção de mais um aeroporto, quando na zona centro poderia haver? Por que é que tem que ir tudo para Lisboa sistematicamente? Poderá ser um disparate o que acabei de dizer, admito que sim, mas é uma opinião. -----

Sr. António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu concordo com tudo e com o contrário. Sou defensor de um grande aeroporto em Trás-os-Montes; sou, com certeza. Agora, devia discutir-se se era em Bragança, se era em Mirandela, onde é que é. Trás-os-Montes tem direito a um aeroporto. Trás-os-Montes tem direito a todas as ligações à ???, agora tem que se discutir se é através de Salamanca, se é através de Bragança, ou de onde é. E sempre está o poder regional a falar. Se tivéssemos poder regional, estes assuntos eram resolvidos por nós, pelos eleitos locais, não era pelos indivíduos que são importantes em Bragança, aqui ou acolá, o centralismo. -----

Depois, Sr. Presidente, desculpe lá, na questão aqui do IP2, há coisas que às vezes me custam um bocadinho. Se bem se recorda, não há muitos anos – há dois, foi no anterior mandato, ou três – eu trouxe uma moção aqui sobre o IP2, que foi aprovada por unanimidade. Só que se recomendava que fosse enviada para umas vinte entidades. Não foi a uma única, ficou escrito no papel. Eu vinha com ideias de não intervir mais nesta Assembleia, porque aqui há tempos apresentei uma proposta aqui, que foi aprovada por unanimidade; até hoje, às pessoas interessadas, não lhes foi comunicado nada, e portanto, foi a mesma coisa que se não tivessem votado nada. Por isso, é melhor calar-me. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente à moção, eu disse que compreendia a moção, não disse que concordava com a moção. Efetivamente, e nesse aspeto, depois de o Sr. Presidente expor a opinião, eu concordo com a opinião do Sr. Presidente, que foi já revelada pela Assembleia Municipal e todo o Município de Macedo de Cavaleiros, da extensão para noroeste do IP2, para poder, efetivamente, servir também o Concelho e Município de Vinhais. -----

Agora, relativamente à questão, eu acho que é importante que tenha atenção em como classifica o seu concelho. Eu percebo que o nó possa ser na Ponte do Sabor, isso é o nó de ligação a Moncorvo, evidentemente. Agora, que é preciso fazer a travessia no Pocinho, que é uma situação que está pendente, e que ficou pendente, e este troço não está concluído,

efetivamente foi um Governo Socialista que o tornou pendente. Agora, falou em eleições; eu também me recordo, efetivamente, de em eleições criticarmos essa situação, de ter elementos do Partido Socialista, nomeadamente o Presidente da Autarquia, na altura, a criticar essa falha da parte do Governo, como lembro anteriormente, quando foi feito aqui o acesso ao IP2, de também ser dito nas campanhas, em todas as localidades desta freguesia, que tinha sido um Primeiro Ministro do PSD a concretizar a obra. Nunca tivemos problemas em defender o nosso concelho. Nunca tivemos problemas. -----

É só isso. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** A Bancada da Coligação PSD/CDS-PP, acho que por uma questão de cortesia, devíamos só também tomar conhecimento, tanto do Ponto n.º 8, como do Ponto n.º 9, porque principalmente no Ponto n.º 8 podemos estar aqui a tomar partidos diferenciados, porque, de facto, já há várias opiniões, e se eventualmente o Executivo também tomou conhecimento, com uma avaliação, com uma chamada de atenção, acho que ao enviarmos depois para a Câmara Municipal de Bragança e de Miranda do Douro que foi tomado conhecimento pela Assembleia, já estaríamos a dizer tudo. Por isso, eu sou da opinião de tomarmos conhecimento e não votarmos estes dois pontos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estamos no Ponto n.º 8. Então, a Assembleia tomou conhecimento. Eu acho que devíamos votar, e continuo na minha perspetiva. É assim, o facto de ir para o lugar A não invalida que vá para o lugar B, e há duas ou três obras que são importantes. -----

A proposta será que a Assembleia Municipal tomou conhecimento da moção, e com a observação de que, efetivamente, o IP2, na zona entre a Junqueira e o Pocinho, ainda está por executar. É tomar conhecimento, com esta anotação. Tomamos conhecimento, apoiamos, mas com um anexo. Então, limitamo-nos a tomar conhecimento da moção da Assembleia. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 17 votos a favor e 6 abstenções (*dos deputados Pedro Manuel Ferreira Pereira, José Carlos Meneses, João Augusto Leal Leonardo, Lucinda João Afonso Carpinteiro, António Júlio Andrade e José Manuel Rodrigues Aires*) **apoiar a “Moção Inclusão no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) da conectividade interna e externa de Bragança”**. -----

M.  
B. de  
D.



-----A Deputada Ana Luísa Leonardo Gil estava ausente da reunião na votação deste assunto.-----

-----O Deputado António Júlio Andrade: -----

-----Declaração de voto-----

*“Penso que todos os investimentos de âmbito regional devem ser discutidos pelos respetivos órgãos regionais. Como este município não pertence à região em causa, o meu voto é de abstenção”.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**PONTO 9 — ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DOURO – MOÇÃO CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO DO IC5.** -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Relativamente ao Ponto n.º 9, é outra moção, também será a mesma situação. Então, de uma moção tomamos conhecimento, numa moção tomamos um sentido, e na outra tomamos outro? Tenham paciência, ou é, ou não é. A de Bragança, como não nos agrada totalmente, limitamo-nos a tomar conhecimento; a de Miranda, porque já concordamos, enfim, votamos. Não, são duas moções. Tudo bem, mas estamos na presença de duas moções. -----

Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Bom, isto só para dar aqui uma ajuda, que é a seguinte: o Ponto n.º 8 tem a ver com o PNPOT, que é um Plano Nacional Estratégico que cada uma das regiões deve definir. Aqui, quem deveria estar era a CIM de Trás-os-Montes a definir o que é que quer, mas como não se entendem duas Câmaras da mesma CIM, fizeram por elas próprias algo que é para entrar num Plano Nacional Estratégico. E portanto, ou tomamos conhecimento, e assim eles vão dirimir dentro da CIM de Trás-os-Montes o assunto, ou o Ponto n.º 9 não tem nada a ver com isso. Aliás, o Ponto n.º 9 iniciou-se em Vila Flor com a Câmara de Torre de Moncorvo. A Câmara de Torre de Moncorvo, a Câmara de Alijó, a Câmara de Carraceda de Ansiães e Freixo, pela CIMDouro; a Câmara de Vila Flor, Alfândega da Fé e



14.  
B. M.  
A.

Mogadouro – Miranda esteve ausente – tomaram uma posição contra a desclassificação do IC5, porque a questão é esta: o Governo quer retirar a concessão à atual concessionária e colocá-la na Infraestruturas de Portugal. A Infraestruturas de Portugal não tem, nem meios pessoais, nem meios técnicos, de fazerem a visualização como as concessionárias fazem, nem têm – e nós vemos pelas nossas estradas nacionais – meios técnicos e de pessoal para fazerem aquela manutenção. E o problema é quem é que assegura a segurança do IC5, sendo certo que o IC5 foi construído como uma estrada de elevado potencial para o desencravamento do interior, e nomeadamente das medidas de segurança necessárias. -----

Portanto, são dois conceitos diferentes: um é uma guerra para o Plano Nacional de Ordenamento do Território, que é o Ponto n.º 8 – por exemplo, nós temos na estratégia PNPOT, como vos disse, para além de o IC5 continuar até Miranda do Douro (inclusive Miranda do Douro), temos o do IP2 e temos a Linha do Douro, que são as grandes estratégias viárias, e temos também uma coisa, que é o Inland Waterway, que é a parte fluvial. Mas, isso é no PNPOT, cada um tem que alimentar o que quer no PNPOT. -----

Portanto, eu até ia mais longe, eu apoiava qualquer moção que seja para trazer para o interior investimento. Eu colocava assim, tomava conhecimento e a Assembleia Municipal era favorável a qualquer investimento que fosse para o interior, e decidido por quem cá vive também, já agora, que era bom para termos conhecimento. Este é diferente, este também afeta toda uma região, mas não está no PNPOT. Querem é retirá-lo de onde o colocaram, para passar para a estrada nacional, e isso é que nós devemos apoiar na moção que já tivemos entre a CIM Douro e a CIM das Terras de Trás-os-Montes, mas que volto a dizer que nessa reunião, o Presidente da Câmara de Miranda não pôde estar, e para estar com os restantes Municípios, levou-o à Assembleia Municipal para poder congregar esse movimento de apoio ao IC5. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estamos perante duas moções, acho que teremos que ter a mesma interpretação da moção, porque é meu entendimento – poderá não ser o mais adequado, mas é uma moção, e se nos limitamos a tomar conhecimento de uma, temos de fazer o mesmo com a seguinte. Declarações de voto, apresentam depois por escrito, ou querem dizer já? Apresentam posteriormente. Quais são as declarações de voto? Quer fazer a declaração já, ou entrega por escrito? Por escrito, depois irá para a ata. Haverá duas declarações de voto para a ata. -----

*Handwritten signature*



---**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 24 votos a favor, apoiar a **“Moção: Contra a Desclassificação do IC5”**. -----

-----A Deputada Ana Luísa Leonardo Gil estava ausente da reunião na votação deste assunto.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

\*\*\*\*\*

### ----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** O membro que quer falar inscreve-se na Mesa. Tem cinco minutos para intervir. -----

-----**O Município António Alves Costa:** Nem preciso de cinco minutos. -----

*“Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Secretária, Exmo. Sr. Secretário, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Executivo e restantes membros do Executivo.* -----

*A minha intervenção tem a ver com a reunião da Assembleia Municipal de dia 30 de abril e respetiva ata.* -----

*Entendo que:* -----

- 1. A Assembleia Municipal não é uma reunião de esplanada ou um brainstorming;*-----
- 2. A Democracia não é uma variante da álgebra – somar votos de um lado e de outro – mas sim um exercício de consensos e equilíbrios possíveis para se tentar atingir os objetivos positivos para a maioria dos cidadãos, não esquecendo que as minorias também têm direitos;*
- 3. Que as atas têm por objetivo descrever o que se passou nas reuniões, mas essencialmente para as pessoas que não estiveram presentes ficarem a conhecer o que foi debatido e como foram geridos os referidos debates.* -----

Questões factuais:-----

A. A ata tem setenta e sete páginas, referindo na página 4: “Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas”; -----

B. Na página 6, o Sr. Presidente da Mesa referiu: “Há uma empresa que trata da elaboração da ata, que faz a transcrição”; -----

C. Durante a discussão, falando-se do Índice de Transparência Municipal, a propósito da classificação do Município de Alfândega da Fé, o Sr. Deputado José Carlos Meneses disse, *ipsis verbis*, para o Sr. Deputado João Miguel Pinto Pavão: “Pergunta à Presidente da Câmara de Alfândega da Fé quanto é que pagou à empresa que determina o ITM.” Esta questão foi ouvida por todos os presentes na sala. -----

D. Na página 55 da ata aparece a afirmação do deputado José Carlos Meneses afirmando: “Tem que colocar essa questão à Presidente da Câmara de Alfândega da Fé, se paga, ou não, para ficar em primeiro.” Ora, não foi essa a frase utilizada. A expressão utilizada é a que consta da minha intervenção, pág. 75 da ata, e foi: “Pergunte à Presidente da Câmara de Alfândega quanto é que pagou para ter aquela classificação.” Ou seja, o Sr. Deputado José Carlos Meneses sabe que pagou, não sabe é quanto e quando. -----

E. À saída da reunião da Assembleia Municipal, tive oportunidade de trocar umas palavras com o Sr. Presidente da Câmara sobre esta questão do ITM, que obviamente não irei revelar, por uma questão de princípios. -----

F. Na pág. 76, após o Sr. Presidente da Assembleia Municipal afirmar: “Desculpe lá, temos que aprovar a minuta”, o Sr. Deputado José Meneses resolve afirmar, referindo-se a mim: “E de facto, a única cabeça fresca aqui será a sua, o engenheiro também está reformado, tem tempo para se debruçar sobre vários assuntos, e para estar a pensar sobre isso.” É mentira, Sr. Deputado José Meneses, eu não estou reformado, nem a questão de estar ou não reformado é para aqui chamada nem serve de argumento. Não tenho é o hábito de nivelar por baixo. Mas, fique descansado, quando estiver reformado informá-lo-ei. -----

Deixando as questões factuais e para terminar, apenas tenho a referir: -----

1. Lamento que o texto da ata nesta questão tenha uma redação esdrúxula, ou seja, bastante exótica; -----

2. Quando vejo deputados, à falta de argumentos, a sugerir sobre determinados assuntos que apresentem uma proposta para ser votada, estão a reduzir a democracia a uma operação algébrica; -----

3. Sobre a questão de a elaboração da ata ser efetuada em regime de outsourcing, eu não acredito que o Município não tenha elementos com capacidade para executar esta tarefa. -----  
Porque não acredito no sistema de gravação digital, solicito que a minha intervenção não seja anexada à ata, mas sim transcrita, pelo que vou entregar à Mesa uma cópia.” -----

h.  
Pecho  
Ap



Quero apenas referir o seguinte: isto foi o trabalho de casa que fiz, e a discussão dos Pontos n.º 8 e 9 veio dar razão à minha intervenção. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Outra intervenção? Mas, vocês não se inscreveram, têm que se inscrever, é o que está no Regimento. Vocês têm de comunicar qual é o tema para poderem intervir. Pode ver o art.º 21.º do Regimento. A Lei diz claramente que os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão que fazer até ao final do período da ordem do dia a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar. Que eu saiba, dirigiram-se a quem? Eu fiz uma pergunta direta. -----

-----**O Município Carlos Ricardo:** ... Quem secretariava a Assembleia Municipal, acho que era um funcionário da Câmara, o Sr. Favorino Bastos, que se deslocava, quando havia público na sala, vinha com impressos, e perguntava às pessoas: "O senhor quer intervir? Ponha aqui o seu nome, o bilhete de identidade e o assunto." Era assim. Eu não sei aqui em que sítio é que me vou sentar. Sentei-me ali, veio este colaborador da Câmara e disse: "Saia daí, sente-se ali." A primeira Assembleia em que eu estive presente, e que estava também o Sr. Presidente da Câmara, não era o senhor ainda Presidente da Assembleia Municipal, eu estive sentado daquele lado. Aliás, eu tive até oportunidade, em conversa informal, de trocar isto com o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Bom, eu aconselho os serviços de apoio a pôr ali um letreiro a dizer "local do público". Resolve-se essa questão. Quanto às inscrições, também poderá haver um modelo. De qualquer forma, enquanto não há um modelo, vai intervir. Aliás, na sessão anterior houve intervenção do público, e as pessoas que quiseram intervir dirigiram-se à Mesa. É o que acho que vocês deveriam ter feito, dirigiam-se à Mesa ou dirigiam-se aos serviços de apoio, e dizem: "Eu quero intervir". Ponto final. Eu não posso é adivinhar que as pessoas que estão aí atrás vão intervir, nem vou andar a perguntar a um e outro. -----

Pode intervir, tem cinco minutos. -----

-----**O Município Carlos Ricardo:** Carlos Manuel Firmino Ricardo, natural de Torre de Moncorvo há cinquenta e sete anos. -----

Tenho muitos assuntos, nomeadamente estive aqui a ouvir por causa da Serra do Reboredo, e não fiquei satisfeito com aquilo que foi dito. Acho que da parte da Câmara devia avançar com um planeamento para reflorestar aquilo, ou então, se estavam à espera de verba – porque

aquilo está numa situação bastante degradante, e se houver uma chuvada, vai ser precisamente a mesma coisa, e depois vamos aqui chorar pelo leite derramado. -----

Eu tinha aqui uns assuntos também relativamente à parte dos bares. Eu frequento muito a noite, e o que eu vejo é pessoas dos bares a porem garrafas na rua, e acho que da parte da Câmara, devia ter uma atuação precisamente nesses bares. -----

A parte dos ciganos, eu moro ao lado dos ciganos, e eu tenho falado dia sim, dia não, para a GNR, para irem lá, e dizem que isso é um assunto da Câmara, é o que eles dizem. Não vão lá, e aquilo é uma confusão, e agora está na Rua do Cabo. -----

Falar aqui também do parque e destas torres aqui, e enquanto se está à espera da verba destinada aqui para o museu, acho eu, no meu entender, que se devia tirar estas gruas, tanto uma como a outra. Nós temos uma grua ali e outra grua ali; a fazer o quê, não sei. -----

Mas, o que me trouxe aqui mais foi o seguinte: há quatro anos, meti aqui um requerimento na Câmara para fazer um muro ali no Olival das Bolas, que tem cinco metros o muro. Eu não quero lá rede. Inclusive vim a esta Câmara, aqui há dois dias, para me irem lá reparar a rede, que não sou eu que a ponho lá, eu quero lá um muro. Vou aos serviços, dizem-me para ir aos serviços de obras; nos serviços de obras, dizem-me para vir aqui. Este funcionário diz mal daquele, aquele diz mal de acoltro. Aquilo que eu gostava de saber é quanto tempo é que demora para eu fazer o muro. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

A situação que mais me preocupa foi a última que me disse, porque não era do meu conhecimento, mas é grave. Mas, também deixe-me dizer-lhe que esse não é um assunto para a Assembleia Municipal; deveria ter ido à Reunião de Câmara explicar esse assunto, e chamaríamos os funcionários. O que é que eu lhe proponho? É que segunda-feira esteja no meu gabinete, aqui, com o requerimento, se tiver, que é para eu pedir e ver em que serviço está, para ser resolvido, porque isso é inadmissível. É inadmissível. -----

Agora, quanto às outras questões, eu frisei aqui algumas das medidas que temos para o Reboredo – aliás, já estamos a implementar o sistema de drenagem do Reboredo, estão ouvidas as pessoas, já temos aí algumas por causa das passagens no Reboredo a ser ouvidas, e portanto, está-se a fazer, já houve plantação de oito hectares também, e estamos paulatinamente a tratar. Agora, o problema é que a concessão é do ICNF. O ICNF tem andado aí. Por mim, fazia como se fez na Galiza: fardos de palha para lá para contenção, e depois logo a plantação. Foi assim que fizeram na Galiza, e resultou. Aqui nada resulta, estamos a ver. -----

4.  
Pedro  
Ay



Eu aqui às vezes já sou porteiro, já faço atas, já faço tudo; agora, ainda não vesti nenhum uniforme da GNR, porque eu ir lá é que não consigo, tratar de um assunto que é da competência da Administração Interna. Portanto, a GNR é obrigada, não pode descartar-se das coisas, porque, se calhar, se você fizer barulho, já a tem lá à porta, e se deixar um carro que já não tem faróis, vão lá e rebocam-no, e se calhar, se for da etnia cigana, não fazem nada. Eles não podem reprovar isso e dizer que é da Câmara, mas eu próprio irei pedir ao comandante do destacamento para vir aqui a uma reunião, e vou colocar-lhe com os nomes das pessoas, que é para termos a solução desse assunto. -----

Quanto aos bares, quando lhes é concedida licença, já está lá. Eu vou pedir à fiscalização da Câmara para estar mais atenta a essa situação, sendo que uma, que penso que será essa, muito próxima da Igreja, está com um processo. Não sei se é, mas uma pelo menos está. Nos outros, terá a fiscalização de avançar, porque quando é concedida, quer a licença, quer as esplanadas, estão lá os deveres a que os bares estão obrigados. Se não os cumprem, tem que o órgão executivo ser ????. -----

As gruas, não é verdade que não estejam a fazer nada. Uma grua é de uma obra privada, e é de uma obra privada que quando já estava a efetuar os trabalhos na obra, foi descoberto que um troço da muralha, bem como uma zona de abastecimento de água, um fosso de abastecimento de água às antigas muralhas afinal não estava onde as pessoas pensavam que estaria, e está dentro da casa do senhor. O município de Torre de Moncorvo aceitou fazer uma remodelação do projeto na íntegra – o chão, para terem uma ideia, vai ser todo em vidro para ficar tudo à mostra (e ele não era obrigado àquilo), para benefício também do Município. Portanto, a grua está lá porque custa colocar e custa a retirá-la, mas está lá para as obras. Aquela ali, ainda na semana passada foi usada, que tiveram que meter material ali. A única coisa que não se pode fazer, e eu estive a explicar isso, é que não podemos fazer a parte que ainda não tem o parecer, e que foi preciso ser aumentado até às escadas. É só isso, mais nada. Portanto, há de arrancar dentro em breve. Terça-feira tenho reunião com o Sr. Diretor Regional, espero trazer já boas notícias para o Museu do Castelo. São essas situações. -----  
Agora, convido-o para segunda-feira estar aqui comigo, trazer-me o requerimento do muro, porque esse, efetivamente, preocupa-me, se é assim, pela inércia dos funcionários. -----  
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Vamos passar à minuta. -----

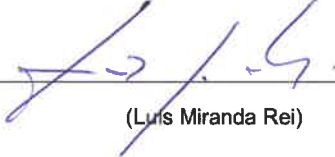
\*\*\*\*\*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

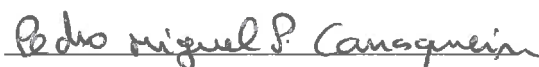
**O Presidente da Mesa,**



---

(Luis Miranda Rei)

**1.º Secretário da Mesa,**



---

(Pedro Carrasqueira)

**2.ª Secretária da Mesa,**



---

(Lucinda Carpinteiro)